



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

Regulamentação urbana enquanto factor de conflitos: diálogos e vivências na organização do comércio informal nos passeios da Baixa da Cidade de Maputo

Autor: Aurélio Fernando Oliveira

Supervisor: Prof. Doutor Elísio Manuel Fernando Jossias

Trabalho de Culminação do Curso

Maputo, Outubro de 2022

Regulamentação urbana enquanto factor de conflitos: diálogos e vivências na organização do comércio informal nos passeios da Baixa da Cidade de Maputo

Autor

(Aurélio Fernando Oliveira)

Trabalho de Culminação de Estudos elaborado para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

(Supervisor)

(Presidente)

(Oponente)

Maputo, Outubro de 2022

Declaração

Declaro que este relatório de pesquisa é original. Que o mesmo é fruto da minha investigação pessoal, estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para a obtenção de qualquer grau acadêmico.

Assinatura

(Aurélio Fernando Oliveira)

Dedicatória

À memória da minha mãe Inácia Manuel e também dedico a minha irmã Mãezinha.

Dedico a este trabalho ao meu Pai, Fernando Oliveira pela dedicação e confiança.

A minha amada companheira, Sónia Zucule pela confiança e compreensão que depositou em mim, durante todo o percurso de realização deste trabalho. E que sirva-te de inspiração.

Agradecimentos

Agradeço a todos que directa ou indirectamente ajudaram a tornar possível a realização deste trabalho. Em especial ao meu supervisor Prof. Doutor Elísio Jossias que não mediu esforços para tornar este trabalho numa realidade e pela disponibilidade, compreensão e paciência depositada durante a produção deste trabalho, estarei eternamente em dívida.

Agradeço imensamente ao Dr. Johane Zonjo pela disponibilidade, humildade e pelas orientações e ajustes prestadas em relação a imaginação etnográfica no âmbito da Antropologia das Políticas Públicas na produção deste trabalho. Em geral, endereço os meus agradecimentos aos professores do Departamento de Arqueologia e Antropologia por terem em suas aulas transmitido a atitude científica usada ao longo da pesquisa e por servirem de inspiração.

A todos os meus informantes, vendedores dos passeios da Baixa de Maputo e aos agentes e funcionários do Conselho Municipal pela disponibilidade e por ter-me prestado auxílio como informantes durante estes cinco meses e que tornaram possível este trabalho. MUITÍSSIMO Obrigado.

Aos meus colegas do curso de Antropologia (2018), em especial: Moisés André, Carlitos Tomé, Celso Covele e Saugina Macuacua que sempre estiveram presentes na minha vida estudantil. Igualmente ao meu primo Gaidar Lovane que teve um papel crucial na produção deste trabalho, Aos meus amigos: Lucas Pombal, Delmiro Mendes e Pedro Josefina. A todos, meu muito obrigado.

Ao meu estimado Pai, Fernando Oliveira, que tem sido a inspiração, especialmente para o meu empenho académico, por ter acreditado e por nunca ter medido esforços para que nunca me faltasse nada relacionado a minha vida académica em Maputo. Aos meus irmãos: Assima, Mahel e Edmilson que sempre constituíram na minha razão em querer ser alguém cada vez melhor. A minha tia Tabita que sempre esteve presente na minha infância como verdadeira mãe. A minha companheira, Sónia Zucule que sempre esteve presente nos meus estudos como colega e como companheira.

MUITÍSSIMO OBRIGADO!

Acrónimos

AR	Assembleia da República
ASSOTSI	Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal
BR	Boletim da República
CMCM	Conselho Municipal da Cidade de Maputo
CFM	Caminhos de Ferros de Moçambique
CPM	Comando da Polícia Municipal
DMMF	Direcção Municipal de Mercados e Feiras
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
LOT	Lei de Ordenamento Territorial
PPU	Plano Parcial de Urbanização
PDM	Projecto de Desenvolvimento Municipal
PEUMM	Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo
VI	Vendedores Informais

Glossário

<i>A fambile ka nhanga</i>	foi ao curandeiro
<i>Bolar</i>	Vender
<i>Nvatirissa a uloyi</i>	usam feitiçaria
<i>Mbava afikile</i>	quando um ladrão chega
<i>Txobobos</i>	termo atribuído aos bolinhos de trigo que custam 5mtn
<i>Gwadjissa</i>	termo atribuído aos indivíduos que arrancam bens alheios
<i>Xoo Bay</i>	termo usado no contexto da pesquisa para cumprimentar
<i>Naboa</i>	termo usado na pesquisa para saber se a pessoa esta bem

Resumo

Esta monografia analisa os diálogos e vivências que os vendedores vão mantendo com as autoridades municipais no processo de reestruturar e organizar a venda nos passeios da Baixa da cidade de Maputo. A análise parte da realidade conflitiva no processo de implementação da política do comércio informal, este estudo propõe uma análise que olha sobre a forma como os vendedores experienciam as transformações e reinventam-se para lidar com o novo contexto. Com pressuposto de que, num momento em que esses vendedores passaram a ser proibido a exercer a venda naqueles espaços, num momento em que houve uma acção mais gravosa da Policia Municipal, descrever como eles contornaram? Como eles se reorganizaram? Como eles reagiram? E como esses percebem aquele lugar? No mesmo processo compreendendo as percepções construídas neste âmbito de organização da venda informal.

Argumento que a vivência é fortemente marcada por um complexo diálogo entre a influência histórica, as possibilidades urbanas e a disputa sobre o direito à cidade. Neste contexto, os vendedores e a Policia Municipal experienciam uma relação conflitiva em torno dos usos de espaços públicos, sobretudo os passeios da Baixa de Maputo, e também de suas regulações. Entretanto, descrevo e analiso o universo da organização do comércio informal, desde a trajectória dos vendedores, os seus usos quotidianos até às formas de sociabilidade e vivências.

Esta pesquisa foi conduzida com base na proposta teórica “olhar etnográfico: de perto e de dentro” de Magnani (2002) e a sugestão de Agier (2011) e Moura (2013) que propõe analisar a cidade singularmente como um processo humano, vivo e complexo. Estas perspectivas sugerem ver de perto a cidade, por meio de performance das pessoas, evitando comparações e projecções de valores de uma cidade noutra e buscando aspectos relevantes e diferencial no contexto pesquisado. Deste modo, a pesquisa etnográfica possibilitou compreender uma gama de factores que compõe a dimensão relacional que constitui a sua manutenção existencial e contribui para o debate sobre a categorização e negociação dos espaços urbanos em contextos de tensão, normas e regras.

Palavras-chave: *Baixa da Cidade de Maputo; regulamentação urbana, direito à cidade; venda informal.*

Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Acrónimos.....	iv
Glossário	v
Resumo	vi
Capítulo 1.....	1
Introdução	1
Capítulo 2.....	5
Metodologia	5
2.1. Contexto da pesquisa	5
2.2. A pesquisa do campo	8
2.3. Técnicas usadas na pesquisa de campo.....	9
2.4. Observação participante.....	9
2.5. Estudo de Caso.....	11
2.6. Entrevistas semiestruturadas	12
2.7. Registos fotográficos e gravação de Voz.....	13
2.8. Constrangimentos na pesquisa de campo	13
2.8.1. Aspectos éticos da pesquisa	14
Capítulo 3.....	16
Contextualização histórica da regulamentação da cidade.....	16
Capítulo 4.....	23
Dinâmica espacial e organização do comércio informal	23

4.1. Trajectórias dos vendedores.....	26
4.2. Sociabilidades e vivências dos vendedores face a postura	31
4.2.1 O uso da Magia para o sucesso na venda.....	35
4.2.2 Atribuição de nomes insultuosos “Mbavas”, “Corruptos”, “ Esfomeados”, “ Maldosos” ..	37
4.3. Usos quotidianos dos vendedores informais nos passeios da Baixa.....	38
Capítulo 5.....	39
A Baixa da Cidade como campo de possibilidades	39
5.1. Organização do comércio informal como um campo de tensão	40
Capitulo 6.....	42
Conclusão.....	42
Referências bibliográficas.....	45

Capítulo 1

Introdução

O Município de Maputo aprovou em 2015 o Plano Parcial de Urbanização (PPU) para Baixa da cidade de Maputo que contempla projectos que visam o melhoramento da mobilidade e do funcionamento no seu todo para um período de 10 anos. Segundo o PPU (2015) os princípios que o acompanham é de que a Baixa seja: inspiradora, organizada, habitável, acessível, segura e atraente. O plano engloba diferentes estratégias que a posterior traduziram-se em projectos que foram implementados isoladamente. O Projecto de Desenvolvimento Municipal (PDM) consiste numa das estratégias implementada pela Direcção Municipal de Mercados e Feiras que tem como principal objectivo organizar a venda nos passeios da Baixa de Maputo através do processo de licenciamento dos vendedores. A implementação do Projecto de Desenvolvimento Municipal teve início no ano 2019 e contemplou as seguintes medidas:

Colocar em prática um procedimento para ajudar a criar as condições para que o comércio de rua seja rentável e organizado, para que ele possa funcionar para o máximo benefício da comunidade. Pretende dar clareza e transparência aos comerciantes na explicação do que pode ser vendido e onde (alocação a outros mercados), impedindo a venda de produtos que sejam claramente inadequados ao local. A política do comércio tem como pontos chaves: Designação de aglomerados de comércio em espaço aberto; Produtos que podem ser vendidos; Desenho dos quiosques; Gestão, incluindo o licenciamento; horário de vendas, manutenção e; prestação de serviços (Conselho Municipal da Cidade de Maputo 2015: 144).

A implementação do Projecto foi marcada por renitência e resistências por parte dos comerciantes durante o processo de licenciamento, estes reivindicavam o direito pelo espaço relatando injustiça e perseguição por parte da edilidade. Em Março de 2020, o Conselho Municipal de Maputo tomou a decisão de colocar em prática o plano de retirada compulsiva dos vendedores. Como resultado da implementação do plano foram reportados alguns aspectos no dia 14 de Março pelo Jornal O País “Confrontos entre vendedores informais e polícia na Baixa de Maputo”, que davam conta de que, com a ordem de retirada compulsiva os vendedores sem alternativas para o ganha-pão, recusaram a cumprir. A polícia municipal, junto com a polícia canina e de intervenção rápida respondeu com gás lacrimogénio e balas de borracha, nesse dia pela manhã registou-se um alvoroço de vendedores dos passeios a manifestarem-se, através da colocação de obstáculos nas ruas em reivindicação a medida do conselho municipal de Maputo, sobre a proibição da venda em

passeios, os vendedores tem estado a lançar objectos para o ar, contra viaturas e contra agentes da polícia (/18/05/2020).

Desde a implementação da ordem de retirada compulsiva, ficou declarado o braço-de-ferro entre a Polícia Municipal e os vendedores, na qual os vendedores continuam a desenvolver as suas actividades como cão e gato sempre tomando em atenção a presença da polícia municipal que continua com a fiscalização dos passeios da Baixa de Maputo, e quando esses são surpreendidos os seus produtos são apreendidos e alocados para o armazém do onde esperam ser recuperados pelos proprietários mediante o pagamento de uma multa ou serem leiloados caso estes não reclamem.

Este estudo parte do problema de que mesmo que o PPU (2015-2025) demonstre princípios de organização sustentável para o bom funcionamento e uso da Baixa de Maputo no âmbito da materialização deste projecto, a realidade demonstra uma tendência contraditória, o processo ilustra tendências bastantes conflituosas e de concepções heterogêneas, na medida em que a realidade denota uma divergência entre o conselho municipal e os vendedores relativamente a ideia de cidade que se pretende alcançar e o uso do espaço urbano. A partir da realidade constatada, pode questionar a consistência deste projecto na observação de elementos simbólicos como práticas costumeiras de venda e uso dos passeios que há anos foram sendo desenvolvidas nestes espaços que hoje vão a organização.

A literatura sobre Urbanização, Arquitetura e Geografia demonstra uma tendência tecnicista da perspectiva descrita no PPU sobre ordenamento e arranjos urbanísticos. Remete não apenas a caracterização por critérios funcionais, mas também políticos, sociais e ambientais e não só, traz uma abordagem num sentido de fins práticos, formais e pouco abordando sobre os impactos problemáticos que surgem nas implementações desses projectos que podem ferir sensibilidades morais de comportamentos locais como por exemplo os processos culturais de sociabilidade que caracterizam os modos viventes dos vendedores. Na literatura consultada sobre as intervenções urbanas pouco se aborda a cidade enquanto dispositivo de produção de uma segregação territorializada das classes pobres ou a forma como as pessoas passam por experiências de Regulamentação urbana, portanto as constatações iniciais levaram a cabo uma pesquisa com vista

a compreender, *a forma pela qual os vendedores experienciam as transformações resultantes da regulamentação municipal em relação aqueles passeios da Baixa de Maputo?*

O trabalho teve como objectivo principal analisar a relação conflitiva entre estes vendedores e a polícia municipal conforme a realidade constatada e a literatura consultada denota, tendo como vector o pressuposto de que, num contexto em que esses vendedores dos passeios passaram a ser proibido a exercer a venda naquele espaço, num momento em que houve uma acção mais gravosa da polícia municipal, descrever como eles contornaram? Como eles se reorganizaram? Como eles reagiram? E de como esses percebem aquele lugar? No mesmo processo compreendendo as percepções construídas neste âmbito de organização do comércio.

Neste trabalho sigo a sugestão teórica e analítica de Agier (2011) e Moura (2013) que nos chamam a conhecer singularmente as cidades a partir dos cidadãos e de sua experiência quotidiana, de seus lugares de vida e situações concretas, na medida em que são os cidadãos que nos informam melhor sobre a cidade e as situações por eles vivenciadas configuram os melhores nichos de observação e análise. Neste caso, é importante isentar-se da noção sobre “o que é” a cidade, mas “o que faz” a cidade, vê-la como processo humano, vivo e complexo. Nesta pesquisa, propus-me a repensar e questionar as análises macroestruturais que consiste em estudos mais de carácter sociológico como de Park, Wirth e Redfield, seguindo a sugestão de autores como (Agier 2009; Frúgoli Jr 2000; Moura 2013; Magnani 2002) que tem alçado a cidade ao *status* de objecto do conhecimento, e não mais de um pressuposto teórico ou de um recorte territorial delimitado, assim adoptando abordagens microestruturais e singularizadas sobre os centros urbanos.

Para a realização do trabalho recorri à revisão da literatura e a recolha de dados com os vendedores dos passeios na Baixa da cidade de Maputo, e também fiz a recolha de dados no Conselho Municipal de Maputo, com recurso às técnicas de observação participante intensiva, estudo de caso, entrevistas semi-estruturadas, conversas formais e informais, o uso de fotografias e voz.

Tive como argumento principal a análise que olha a cidade como um *locus* que agrega diferentes lógicas, essa perspectiva é sustentada pelo Magnani (2002) que propõe olhar sobre a cidade e sua dinâmica através do método etnográfico, e sustenta que as grandes cidades certamente são importantes para análise e reflexão, não apenas porque integram o chamado sistema mundial e são

decisivas no fluxo globalizado, mas também porque concentram serviços e habitação, também oferecem oportunidades de trabalho, produzem comportamentos e determinam estilos de vida.

Estas ferramentas, conjugada com abordagem histórica relativa a regulamentação urbana em Moçambique possibilitaram a compreensão das tendências conflitivas e a heterogeneidade no contexto da organização do comércio, e foi possível constatar diferentes formas de ver o mundo e nessa linha descrever como essas realidades coabitam entre os vendedores e conseqüentemente influencia na forma pela qual a organização do comércio vem sendo experienciada pelos mesmos.

Entretanto, isso deu-me bases para compreender essas resistências e diálogos que os vendedores vão mantendo quando lidam com a regulação do comércio informal. Ao longo da pesquisa pude testemunhar situações e eventos que afirmam que a organização do comércio não só apenas está vinculada a regulamentação, mas também a dimensão relacional.

Esta monografia é constituída por seis capítulos, sendo o presente capítulo introdutório o primeiro. No capítulo seguinte (2) é dedicado a metodologia. No terceiro, contextualizo a regulamentação da cidade em Moçambique, com o intuito de compreender como ela foi produzida a partir desses regulamentos e a ideia da cidade que se tem actualmente. No quarto capítulo analiso a dinâmica espacial e organização do comércio informal. No quinto capítulo analiso a Baixa da cidade como campo de possibilidades e como campo de tensão, onde descrevo a forma pela qual os vendedores legitimam o direito à cidade. No sexto e último é a conclusão do relatório onde anuncio e descrevo as principais conclusões que a pesquisa trouxe e as abordagens que acompanharam o estudo.

Capítulo 2

Metodologia

No presente capítulo dou a conhecer o contexto em que a pesquisa foi realizada, as técnicas e instrumentos de recolha de informação usados na pesquisa de campo e o tipo de informação as mesmas possibilitaram obter. Apresento também os desafios encontrados no curso da pesquisa e as formas pelas quais foram superados.

2.1. Contexto da pesquisa

A Baixa da Cidade de Maputo localiza-se, no Distrito Municipal KaMpfumo (antigo Distrito Municipal nº 1), entre as avenidas Ho Chi Min, Vladimir Lenine e Karl Marx, passando pelo eixo da Av. Karl Marx, entre as avenidas Ho Chi Min e Zedequias Manganhelas, entre as avenidas Karl Marx e da Guerra Popular que vai até a Praça dos Trabalhadores. Neste ponto encontra-se a Av. Zedequias Manganhelas, e o topo da Praça do Trabalhadores, incluindo o edifício da Estação Central do CFM. A sudoeste vai pela margem da Rua Mártires de Inhaminga, desde a Praça dos Trabalhadores até a Praça 25 de Junho, envolvendo a Doca da Capitania, a margem da antiga Rua António José Almeida, (desde a Praça 25 de Junho até a Rua da Imprensa); E a sudeste vai desde o eixo da Rua da Imprensa (entre a Rua António José de Almeida e a Av. 25 de Setembro) e pelo eixo da Av. Vladimir Lenine que se prolonga até a Rua da Imprensa entre as Avenidas 25 de Setembro e Ho Chi Min “(MC/DNPC2013: 05).

Figura 1: Mapa de enquadramento geográfico da cidade de Maputo- PAPP/UEM (2016).

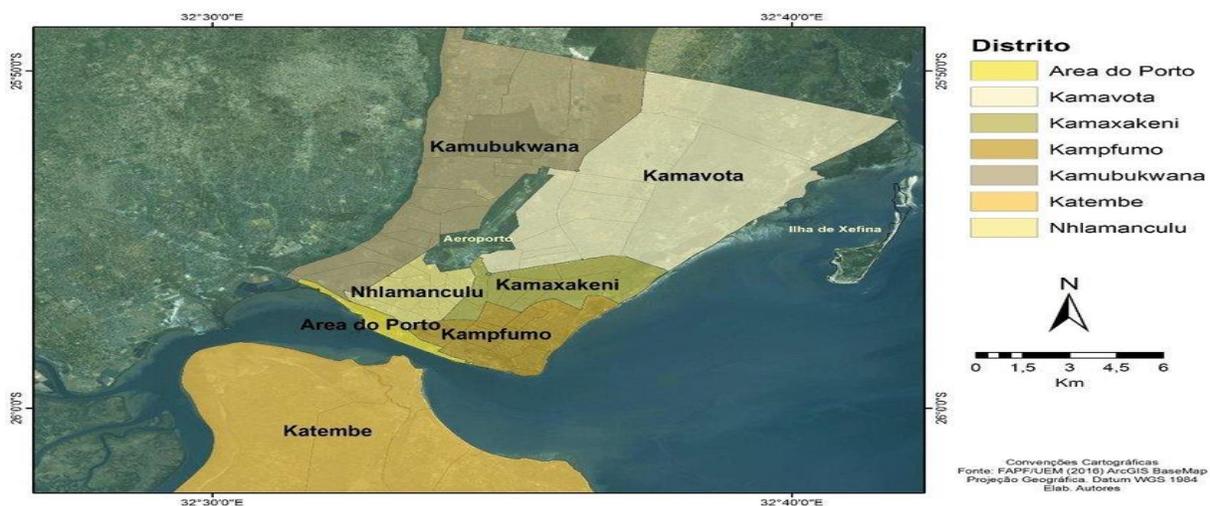


Figura 2: fotografia da área de intervenção- *Plano Parcial de Urbanização (2015: 24)*.



Actualmente, a Baixa da cidade de Maputo regista um projecto de requalificação, resultante do Plano Parcial de Urbanização para Baixa de Maputo a um período de 10 anos (2015-24). A requalificação que visa o melhoramento da mobilidade e do funcionamento no seu todo, deste a organização dos passeios, a sua reestruturação física, saneamento, parques, museus, transporte, comércio e infraestruturas de instituições públicas. O Plano de requalificação contempla ordenar o comércio informal. O processo irá abranger o reordenamento de terminais rodoviários de passageiros, reabilitação de passeios, melhoria da sinalização rodoviária nas avenidas Zedequias Manganhela, Mártires Inhaminga, Filipe Samuel Magaia, Samora Machel, 25 de setembro, Karl Max, Guerra popular e Fernão Magalhães (Jornal O País /18/05/2020).

A organização do comércio informal levado a cabo pelo Conselho Municipal de Maputo (CMCM) consiste no reordenamento e urbanização dos assentamentos informais, enquadrada no Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo, financiado pelo Banco Mundial através do programa PROMAPUTO. Tem por objectivo reforçar a capacidade do Conselho Municipal para desenvolver, gerir e manter uma prestação de serviços de qualidade aos habitantes da Cidade. E consiste também, no cumprimento de um dos seus objetivos estratégicos que prevê a provisão de instrumentos de gestão urbana.

O Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo (PPU) visa requalificar a Baixa da cidade de Maputo num período de 10 anos (Conselho Municipal da cidade de Maputo2015). O plano aponta 10 aspectos de diagnósticos a serem requalificados nestes 10 anos: a conservação do contexto histórico relativo ao valor simbólico que estabelece por constituir a origem de Maputo, preservação do património histórico, uso do solo, espaço público, socioeconómico, comércio informal, transporte, infraestrutura, projectos aprovados e planeamento urbano e coordenação institucional. No entanto o Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo aponta os aspectos a serem requalificados, as estratégias a serem adoptadas e os parceiros, mas não vê especificado o tempo de sua implementação.

Entre os meados do ano 2019 até ao princípio de 2020, Conselho Municipal da Cidade de Maputo implementou um programa de retirada voluntária dos vendedores das ruas e passeios para a ocupação dos mercados municipais de Albasine, mercado da Polana caniço, vulgo “Mokoreano”, mercado anexo de Xipamanine, Maguiguane-Laulane, Romão e mercado de Benfica. Segundo o Jornal O País (13/03/2022)¹, os vendedores abandonaram esses mercados indicados pelo município de Maputo e voltaram a ocupar os passeios, ruas e espaços públicos na Baixa de Maputo, alegando condições precárias e não favoráveis para desenvolver as suas actividades e também a falta de auscultação pela edilidade.

No dia 14 de Março de 2020, o Município ordenou a retirada compulsiva dos vendedores nos passeios da zona comercial. A retirada compulsiva aconteceu na mesma altura que acabava de eclodir a pandemia da Covid-19. A decisão de retirada compulsiva não foi bem recebida pelos vendedores, que se recusaram a cumprir com a ordem e fizeram uma manifestação na manhã daquele dia (Jornal O País /18/05/2020).

Em relação ao comércio, o PPU (2015-2020) propõe organizar mercados de rua ao criar locais de comércio para vendedores licenciados, que providenciem mais espaço para comércio de rua comparado com o que existe agora. Os locais de comércio são emparelhados a produtos para maximizar a força do mercado e minimizar incompatibilidades e externalidades. Eles estão localizados junto de áreas de alto uso por peões, tais como de transportes, parques de

¹ Jornal O País publicou uma matéria sobre “Confrontos entre vendedores informais e polícia na Baixa de Maputo” no dia 14 de Março de 2020.

estacionamento, eixos pedonais e espaços públicos da frente marítima (Conselho Municipal da Cidade de Maputo 2015).

2.2. A pesquisa do campo

Nesta secção descrevo a minha experiência do campo, desde a minha entrada, a forma como dialoguei com as pessoas e os locais da observação participante. Descrevo igualmente as técnicas adoptadas para compreender a forma como os vendedores vivenciam as transformações do processo de organização que decorre actualmente na Baixa de Maputo.

Esta pesquisa foi realizada em três fases: a primeira fase ocorreu entre os meses de Abril e Maio do ano 2022 e consistiu em pesquisa exploratória, revisão de literatura e elaboração da proposta de pesquisa. A segunda fase da pesquisa decorreu entre mês de Maio e Julho do ano 2022 e consistiu na realização da pesquisa de campo. A terceira e última realizou-se entre Agosto de 2022 a Setembro do mesmo ano, que consistiu na análise dos dados.

A comunicação com os informantes da pesquisa foi feita em língua portuguesa e combinada com a língua xi-changana. Para esta pesquisa privilegiei os seguintes perfis de interlocutores: pessoas que desenvolvem as actividades comerciais na Av. Guerra Popular e Av. Filipe Samuel Magaia onde possui o maior fluxo de vendedores e conseqüentemente maior presença policial. Vendedores de produtos de natureza diversa, desde a venda de roupas, vulgo “Calamidade”, vendedores de frutas, amendoim, vendedores que confeccionam refeições, vendedores de Calçados, vendedores de doces e bolachas, vendedores de legumes e hortícolas, com exceção dos vendedores de acessórios de telemóveis, vendedores de recarga de rede móvel, e prestação de serviços de conta móvel como M-pesa e Emola por serem considerados pelo conselho municipal como perturbadores secundários na circulação dos munícipes nos passeios.

Contactei a instituição do conselho Municipal, especificamente a Direcção de Mercados e Feiras e Comando do Conselho Municipal de Maputo e entrevistei o Chefe de Repartição de Feiras e Vendas Ambulante e o Inspector e Chefe das Operações da Polícia Municipal, respectivamente neste segundo.

Não menos importante, os meios de informação tiveram um papel crucial nesta empreitada, desde relatos sobre o estudo em questão nas televisões, rádios, jornais e redes sociais. Pina Cabral (2006:

189-190) afirma que o uso diversificado das fontes de informação permite alcançar a “visão holística” da realidade pesquisada.

2.3. Técnicas usadas na pesquisa de campo

Na realização da presente pesquisa antropológica, usei o método etnográfico, seguindo a sugestão de Cardoso de Oliveira (2006: 18), olhar, ouvir e escrever aquilo que acontece no campo de pesquisa. Este autor acrescenta ainda que o pesquisador deve registrar rituais, hábitos e gestos por mais insignificante que pareçam, na medida em que cada acção do entrevistado nos diz algo e que poderá influenciar na pesquisa.

Neste âmbito privilegiei o uso das técnicas de observação participante, que incluíram o registo fotográfico e entrevistas semiestruturadas orientadas por um guião de questões. Privilegiei estudo de caso, através de entrevistas extensivas com alguns vendedores privilegiados que me acolheram desde do primeiro dia do trabalho de campo como meus informantes, seguindo a proposta apresentada por Gluckman (1987). Gluckman utilizou o método de análise situacional para compor sua pesquisa na Zululândia moderna, analisa a relação a partir de uma situação específica: a inauguração de uma ponte, onde estavam presentes tanto brancos (equipe administrativa, policiais e líderes) quanto zulus (chefes locais, trabalhadores que construíram a ponte e residentes das proximidades). Para este caso específico, o evento que orientou a análise situacional desta pesquisa foi de acompanhar a história de vida destes vendedores na qual tive maior interação, a sua trajetória individual e a sua experiência quotidiana.

2.4. Observação participante

Para a observação participante, acompanhei o dia-a-dia dos vendedores informais, tendo como foco as acções realizadas pelos próprios vendedores dentro do seu contexto de utilização do espaço urbano e em alguns momentos ajudei os meus informantes na promoção da venda. Esta forma de proceder Magnani (2002) denomina de “olhar etnográfico: de perto e de dentro”. Ao conciliar essas duas técnicas foi possível descrever o modo como os indivíduos fazem uso do espaço urbano.

No primeiro dia da realização do trabalho do campo (13/04/2022) constatei um ambiente movimentado com os vendedores informais a desenvolver as suas actividades na Av. Felipe Samuel Magaia, já na Av. Guerra popular, o clima era menos movimentado, porque naquele

momento o policiamento estava mais concentrado naquela via e os vendedores estavam dispersos, com os seus produtos nas mãos.

O contexto da pesquisa é familiar, uma vez que frequento a Baixa da Cidade, como revendedor, onde revendo telemóveis e vários eletrodomésticos através de entregas para clientes específicos, portanto não me posiciono nos passeios. Apesar disso, não conhecia ninguém entre os meus interlocutores e muito menos eles me conheciam. Nas primeiras aproximações aos vendedores eles recusavam-se alegando estarem cansados de falarem do mesmo assunto e sem nenhuma solução, em certos momentos até perguntavam se depois de ouvi-los eu mudaria a sua situação. Alguns alegavam falta de tempo devido a natureza do trabalho, uma vez que a venda na Baixa é desafiadora e requer atenção máxima para que a polícia municipal não os pegue distraídos e por consequência percam os seus produtos.

A maioria dos vendedores concentram-se em posições que, segundo estes, consideram estratégicas para a sua fuga aquando da presença da polícia, isso também estende-se na forma como arrumam os seus produtos, a forma que os vendedores de ambos os sexos amarram a capulana que contém o produto que vendem, em forma “trouxa”, outros usam caixas para melhor e mais rápido retirar o seu produto quando a polícia chega. Como diz um dos interlocutores, “armados para guerra”.

Pelo difícil acesso as informações através das entrevistas, optei em ficar e fazer o reconhecimento do local, olhando e interpretando as acções, comportamentos, atitudes e a relação entre os vendedores e a polícia municipal. Comecei por descrever as características das principais avenidas. Depois de uma semana fazendo isso, voltei a tentar comunicar-me e fui mais ousado, usando uma linguagem mais aproximativa de natureza informal como (Xoo Bay e Naboia), e principalmente aperfeiçoar a minha apresentação.

O primeiro sinal da normalização da minha presença decorreu quando um dos vendedores questionou a minha constante presença naquele local, perguntando se eu não era “Gwudjissa”² que andava a arrancar coisas as pessoas naquele espaço, situação que obrigou com que eu me apresentasse novamente. Um dos vendedores, que eu já havia tentado comunicar-me com ele,

² A baixa de Maputo tem sido marcada por práticas de assaltos e furtos recorrentes e os indivíduos que protagonizam são atribuídos o nome de “Gwadjissa” arrancador de bens alheios.

gritou dizendo é “nosso puto esse!” e continuou dizendo que não havia falado comigo porque temia que eu os “Bolasse” (vender), porque desconfiava que eu trabalhasse para a polícia municipal.

E o segundo sinal de normalização da minha presença foi através da forma como eu passei a me apresentar a eles, sendo que usava sempre uma máscara de proteção da Covid-19, facto que se tornava numa barreira na comunicação e foi interpretado como falta de respeito e consideração. Passei então a apresenta-me sem a máscara vestida. E fui realmente aceite quando senti fome e acabei comprando “Txobobos” bolinhos de trigo que custam 5Mtn, e comecei a comer no momento em que eles também estavam almoçando, gesto que acho eu foi bastante aplaudido porque em seguida estes começaram a desenvolver uma conversa mais prolongada comigo, diferentes assuntos sobre o custo de vida, a corrupção no aparelho estatal e falta de emprego entre outros assuntos.

Registei as notas da observação no bloco de notas e fiz a gravação de algumas entrevistas através do telemóvel. No final do dia compunha todas as notas e fazia o relatório do dia em casa. A partir dos dados do diário de campo e dos áudios, semanalmente produzia um relatório de pesquisa de campo contendo reflexões da pesquisa realizada ao longo da semana e elaborava o plano para a semana a seguir.

2.5. Estudo de Caso

Como referi acima, privilegiei o estudo de caso ou análise situacional, neste contexto concentrei-me em analisar a trajectória individual de três vendedores por mim entrevistado, de uma forma detalhada, através da sua história de vida, e sua experiencia como vendedor, o que me permitiu reconstruir e descrever as suas experiencias com o processo de organização do comércio informal nos passeios da Baixa de Maputo.

Essa técnica possibilitou a compreensão sobre a resistência e diálogos que os vendedores vão mantendo quando lidam com a tensão nas intervenções feitas pelo Município na Baixa da Cidade, e como estes convivem com as normas, regras e posturas municipais.

Yin (2001) define o estudo de casos múltiplos como aquele no qual o investigador dedica-se à análise de mais de um caso de observação na mesma pesquisa para responder às mesmas questões. Uma das particularidades do estudo de caso consiste na análise sobre como os indivíduos fazem

uso das normas no seu quotidiano, e até mesmo o conflito existente entre normas como afirma o autor abaixo:

Uma das suposições na qual a análise situacional está baseada é a de que as normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente, são, ao contrário, frequentemente vagas e discrepantes e é exactamente este facto que permite sua manipulação por parte dos membros da sociedade no sentido de favorecer seus próprios objectivos sem necessariamente prejudicar sua estrutura aparentemente duradoura de relações sociais. Por isso a análise situacional privilegia o estudo das normas em conflito (Ribeiro 2013:32).

Observando várias situações, como pregava Gluckman, é uma maneira interessante de tentar apanhar o máximo possível do processo social e aproximação a uma análise mais fina da relação entre acção e representação (Gluckman 1987).

Neste técnica observei pontos importantes para a compreensão do trabalho do campo e de quão esse pode ser dinâmico e em certos momentos, surpreender-nos, uma dessas lições apreendidas neste âmbito foi pelo excessivo “normativismo”, ou seja, ater-me a normas prescritas, realidade encontrada na pesquisa institucional, facto que segundo Fry (2011) o que as pessoas fazem e dizem em situações sociais que podemos observar valem, muito mais que entrevistas formais, que tendem a apanhar posições normativas.

2.6. Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semi-estruturadas foram orientadas por um guião de questões e por questões que surgiam das conversas e convivência com os vendedores que desenvolvem as suas actividades nos passeios da Baixa da Cidade. As entrevistas semiestruturadas permitiram que eu construísse as suas trajectórias de vida. As entrevistas foram realizadas frente-a-frente, seguindo a postura metodológica de Marconi e Lakatos (2009). Esta técnica e procedimento ofereceram informações necessárias para o aprofundamento e desenvolvimento da pesquisa. No decurso da entrevista segui as informações e pistas dadas pelos interlocutores da pesquisa no decorrer de entrevistas semi-estruturadas anteriores e das conversas com outros interlocutores. Essa acção permitiu aprofundar e obter informação detalhada sobre as dinâmicas das suas vivências.

Sendo que a minha pesquisa do campo estava dividida em fases, as narrativas dadas pelos vendedores criavam espaço para reproduzi-las como questões e confrontá-las junto a

Administração Municipal, facto que foi bastante produtivo para a pesquisa tentando compreender o como essas experiências são construídas.

2.7. Registos fotográficos e gravação de Voz

O registo fotográfico e a gravação de entrevistas foram importantes no decurso do trabalho de campo, pese embora desafiador devido ao receio dos interlocutores em fazer esse registo temendo represálias, por isso quase 70% do registo das entrevistas foi através de bloco de notas e memorização.

Usei o meu celular para gravar as entrevistas e fotografar, mas antes pedia a permissão do interlocutor. O registo fotográfico permitiu identificar algumas das características da área do estudo, desde a forma pela qual os vendedores conduzem as suas actividades e de como se relacionam com as normas impostas pelas autoridades.

2.8. Constrangimentos na pesquisa de campo

A minha experiência de pesquisa de campo foi marcada por desafios tanto a nível institucional assim como dentre os vendedores na Baixa da cidade de Maputo, facto que me ensinou que o campo (terreno) está para o antropólogo quanto o laboratório para o químico. Rocha e Eckert (2008) afirmam que a forma como entramos para o campo condiciona, de forma significativa, as experiências a vivenciar nesse nível de pesquisa antropológica. Mesmo que existam prescrições para o contacto com o campo, vale recordar as palavras de Friedman (1999) citado pela De Oliveira (2022) na qual afirmou que o trabalho de campo ensina-se até um certo ponto, sendo que em grande parte depende da criatividade do investigador, uma lição por mim aprendida com a ajuda do meu supervisor.

Relativamente ao primeiro constrangimento decorreu no Conselho Municipal da Cidade de Maputo, devido ao processo burocrático e doloroso para autorização da minha pesquisa. Os agentes e funcionários do Conselho Municipal evitavam comentar sobre o assunto, protelavam e me mandavam de um departamento para o outro. Recordo-me que um dos funcionários da Administração Municipal do distrito KaMpfumo, durante uma conversa informal, teria dito que o tema da minha pesquisa seria como “cutucador de massas políticas” pois segundo este, seria extremamente difícil obter informações sobre o assunto em questão por estarmos próximos das eleições autárquicas. Dado isso, durante uma conversa com colegas que também estão no mesmo

processo de pesquisa, compreendi o dinamismo que o campo pode nos pregar, portanto decidi encerrar o processo burocrático como “ experiência de aprendizagem”.

Por forma a encontrar o departamento responsável pela organização do comércio informal na Baixa da cidade, passei por mais de quatro departamentos do Conselho Municipal da Cidade de Maputo nomeadamente; Ordenamento Territorial, Administração Municipal do Distrito KaMpfumo, Administração Municipal de Infraestrutura e Administração das Actividades Económicas do Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

O segundo constrangimento consistiu no debate ainda aceso no campo antropológico, relativo a relação entre o sujeito e o objecto, a prática do campo até a escrita etnográfica. Na medida em que não só os conceitos teórico metodológicos mas também a própria escrita passa a ser construída a partir do ponto de vista do Antropólogo.

Ao experienciar as vivências dos vendedores os discursos metodológico me levaram a repensar sobre a autoridade que o antropólogo possui no processo de interpretação do objecto, o “Étic” que consiste na palavra do antropólogo, um termo retirado no artigo de Batalha (1998). Passei por momentos de insegurança e descrença em mim sobre a forma como o processo etnográfico decorria temendo colocar em causa o princípio de neutralidade e objectividade, desafio que consegui ultrapassar quando lembrei-me das palavras de Nagami (2014) quando diz que não existe receita de como deve ser o "ir a campo", e no caso da antropologia, as monografias são transmitidas e narradas em um momento posterior a própria experiência. Os recursos narrativos, as ênfases em determinados eventos e o meio fio que conectam teoria e experiência possuem, até certa medida, liberdade criativa por parte de quem a produz.

2.8.1. Aspectos éticos da pesquisa

Durante a pesquisa nos departamentos do Município deparei-me muitas vezes com desafios éticos como difícil acessibilidade das informações e receio dos agentes e funcionários do conselho Municipal em expor a sua a sua imagem, desafios esses que moldaram o processo de análise do programa de requalificação da Baixa de Maputo. Neste contexto, procurei mencionar os detalhes dos procedimentos burocráticos e outras informações sensíveis por forma a não ferir sensibilidades e não colocar em causa a privacidade dos agentes e funcionários do Estado (Shore e Wright 1997).

Autores como (Shore e Wright 1997, 2011; Marshall 1984; Wright e Reinhold 2011; Souza Lima e Castro 2015) realçam sobre desafios teóricos, metodológicos e éticos na análise dos processos das Políticas Públicas, neste contexto nos chamam a repensar a noção do campo, na medida em que ao proceder neste processo das Políticas Públicas conectámo-nos a diferentes indivíduos, lugares, redes sociais, facto que requer uma análise mais cautelosa por forma a lidar com a complexidade existente neste campo.

Capítulo 3

Contextualização histórica da regulamentação da cidade

Neste capítulo apresento uma breve caracterização histórica do modelo de cidade que temos hoje, procurando mostrar como a cidade foi se constituindo através da categorização espacial nos arranjos urbanísticos. Para Santos (1985), cada formação espacial está ligada a diversas acções e depende das condições que decorrem no tempo. Esta contextualização ajuda a compreender a forma como foi pensada a regulação do comércio informal nos passeios da Baixa de Maputo.

A modernidade, tal qual a vivenciamos hoje, está marcada por diversas características importantes e uma delas é o crescimento de grandes cidades derivada fundamentalmente da revolução industrial e do desenvolvimento do capitalismo. Ribeiro (2013) sustenta que as transformações sofridas a partir destes eventos foram profundas e modificaram a vida social das cidades e dos indivíduos que a habitam. A partir disso, um novo cenário é criado com sujeitos, identidades e características diferentes, no entanto essas transformações foram marcadas por ferramentas organizadoras e estruturantes para regular os preceitos da cidade e as pessoas que vivem nele culturalmente.

Neste trabalho, a noção de formação socioespacial constitui uma categoria de análise adequada para compreender a urbanização moçambicana como um processo histórico, partindo da ideia proposta por Santos (1985: 21) de que “o comportamento do novo está condicionado pelo anterior”. Esta categoria oferece possibilidades de interpretar a urbanização moçambicana como acumulação e superposição de diferentes recortes temporais, desde o contexto colonial, incluindo a primeira (1505-1907), segunda (1907-1930) e terceira (1930-1975) idade colonial, incluindo também pós-colonial (1975- aos dias actuais).

Antes de avançar sobre a história da regulação da cidade, descrevo as categorias que os centros urbanos assumem em Moçambique, recorrendo ao Boletim da República (BR), Iª Série nº 16, de maio de 1988, na Lei de Ordenamento do Território, define o urbano como cidades e vilas, que se classificam de acordo em aspectos políticos, económicos, sociais, densidade populacional, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de atividades comerciais em: A. B. C e D. A cidade do tipo A inclui apenas a capital Maputo. O de tipo B inclui apenas três cidades (Matola, Beira e Nampula). C são as restantes capitais provinciais e o D, todas as vilas e alguns municípios. Esta

forma de consagração do urbano aparece plasmada na Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 7 (organização territorial), quando afirma que as zonas urbanas estruturam-se em cidades e vilas (Constituição da República de Moçambique 2004).

Para alguns autores que estudaram as cidades moçambicanas, maioritariamente da Geografia, Urbanismo e Arquitetura, atribuem a origem das cidades moçambicanas como fruto de relações comerciais, serviços portuários e um processo de dependências como entrepostos de acesso a bens e serviços. Araújo (2003:168) frisa que o processo de urbanização em Moçambique na era colonial transplantou modelos e percepções de produção e organização do espaço oriundos das realidades das metrópoles coloniais. Para Fernandes e Mendes (2012:2), os aglomerados urbanos eram construídos de acordo com o modelo cidade jardim, embora adaptados à arquitetura dos trópicos idealizados para a população branca com espaços amplos e ajardinados, edifícios de baixa volumetria, vias largas em orientação que favorecesse a circulação do ar.

As cidades moçambicanas serviam como plataformas onde drenavam as matérias-primas para a metrópole. O crescimento económico das cidades, na sua maioria nas áreas portuárias e/ou caminhos-de-ferro, gerou a necessidade de mão-de-obra numa economia que se estruturava no trabalho mal pago e as cidades tornaram-se polos de atração de mão-de-obra proveniente da área rural (ibid).

Mesmo com a necessidade de mão-de-obra, os moçambicanos eram excluídos da vivência de áreas urbanas com a excepção dos assimilados. Nesta ordem de ideias, Araújo (2003) frisa que as cidades moçambicanas antes da independência apresentavam características que as distinguiam: havia o que se chamava de "cidade de cimento" e a "cidade de caniço". A cidade de cimento, como o nome indica, é edificada obedecendo uma estrutura planificada, presença de infraestruturas e serviços onde assentava a estrutura administrativa do espaço, construções projectadas verticalmente em materiais nobres, perenes e estruturada de acordo com o modelo ortogonal (Fernandes e Mendes 2012:2).

Segundo Ribeiro (2019) é na cidade de cimento onde moravam os colonizadores, cidade considerada branca. A cidade de Maputo é a que melhor se estruturou em termos de "cidade de cimento" seguida das cidades da Beira e Nampula que constituem as maiores em termos de dimensão, infraestruturas, serviços e população urbana em relação às restantes cidades do país. Os moçambicanos eram excluídos da cidade de cimento e acabavam por se instalar nas periferias em

conjuntos habitacionais precários construídos em materiais perecíveis à maneira tradicional (Araújo:2003). O material predominante nessas construções precárias era o caniço, na altura acessível e que acabou dando nome a área periférica de cidade de caniço, edificada sem obedecer nenhuma estrutura de planificação.

As construções são espontâneas, projetadas horizontalmente no espaço com material não convencional como o caniço, bloco de adobe, bambu, madeira e zinco, sem presença de infraestruturas e serviços urbanos (ibid: 169). A cidade de caniço era encarada como um mal menor, na medida em que, a sua relativa proximidade à cidade de cimento assegurava a mão-de-obra destinada aos trabalhos domésticos da população branca e aos serviços públicos menos qualificados e considerados degradantes para os brancos (Fernandes e Mendes 2012: 3).

A cidade de caniço constituía reserva da cidade para a sua expansão. Quando surgia necessidade de expandir a cidade, os habitantes das zonas periféricas eram remetidos para áreas ainda mais afastadas de acordo com o ritmo crescente das novas coroas urbanas (ibid). Era área provisória, um lugar de má fama, habitada por homens de má reputação. Foi nas periferias sobretudo depois da segunda guerra mundial onde se revela a insatisfação que conduz a formação e ao crescimento de movimentos que lutaram por melhores condições de vida e acabaram por formar os movimentos que levaram a independência nacional (ibid: 3).

Actualmente, a cidade de caniço transporta a herança do período colonial caracterizada por: bairros não planejados e de planta diferenciada, construção horizontal, elevada densidade de ocupação do solo o que dificulta a circulação, a falta de espaços para serviços, redes de abastecimento de água, energia e redes de telecomunicações deficientes e em alguns casos inexistentes, falta de serviços de saneamento básico, predominância de material de construção de baixo custo ou precário, falta de serviços e deficiente rede comercial, dificuldades de circulação viária, área fundamentalmente residencial por classes pobres, presença de algumas unidades industriais, graves problemas ambientais, entre outros (Ribeiro 2019:5).

Com a independência nacional proclamada a 25 de Junho de 1975, o governo da Frelimo nacionalizou a terra e todas infraestruturas existentes no país e devolveu ao povo moçambicano os direitos que antes eram-lhes negados pelos colonizadores. No entanto, na perspectiva de Maloa (2016), apesar dos direitos adquiridos, muitos ainda tinham hábitos rurais e contribuíram para a degradação das infraestruturas. Por exemplo, no caso de algumas famílias que tiveram acesso à

flats/apartamentos, mas que ainda transportavam hábitos rurais, usavam carvão e lenha para cozinhar, pilavam milho e/ou amendoim nos terraços ou nas varandas dos prédios, o que contribuiu grandemente para a degradação das flats (Fernandes e Mendes 2012:4).

Por seu turno, Araújo (2003: 169) afirma que mesmo depois da independência as diferenças, econômicas, sociais e de organização do território não foram eliminadas. A principal alteração foi apenas demográfica. A cidade de cimento manteve e agudizou as características de precariedade e de espaço excluído. Simplesmente deixou de ser exclusivamente branca, mas continuou a segregar o espaço suburbano (cidade de caniço).

A cidade de caniço deu origem a dois anéis que passaram a se designar "área suburbana" e "área periurbana". Área suburbana corresponde à antiga cidade de caniço onde o material de construção precário está sendo substituído por material convencional mais durável como zinco, cimento, blocos de argila queimados, blocos de cimento, entre outros. De uma forma geral, a cidade de caniço é habitada por pessoas de poucos recursos financeiros e excluídos da cidade de cimento (ibid: 168-170).

A área periurbana corresponde às áreas rurais que foram reclassificadas. Para Maloa (2016) este processo é designado por reclassificação urbana, em que, por lei, há expansão da área da cidade alterando os seus limites administrativos e incluindo novas áreas. Para Fernandes e Mendes (2012) em 1986 houve a reclassificação da área urbana, quando muitos espaços que pertenciam a área rural passaram a pertencer a área urbana. Essa reclassificação não foi acompanhada com a implantação de infraestruturas e serviços, o que permite reconhecer até hoje um ambiente rural dentro de urbano em Moçambique.

A área periurbana (área de expansão) antes era habitada pela população nativa predominantemente rural cuja terra é transmitida de geração em geração. A actividade agrícola era a base para o sustento familiar. Com o desenvolvimento socioeconómico sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, as famílias com maior poder aquisitivo procuravam terrenos ou parcelas de grandes dimensões na área periurbana para construir residências fora do centro urbano as chamadas quintas (Maloa 2016:6).

Geralmente, nas quintas as famílias passam finais de semana, dão festas, criam animais, moram seus trabalhadores, enfim para algumas famílias servem de áreas de lazer. Entretanto, algumas

famílias independentemente da distância do centro da cidade onde exercem suas actividades laborais ou estudam os filhos passaram a morar nas quintas facilitadas pelos seus meios de transporte. Para além das quintas, começam a surgir na área periurbana bairros territorialmente ordenados com construções de material convencional na forma vertical e horizontal (Araújo: 2003).

Os bairros de ocupação espontânea sem obedecer a nenhum critério de ordenamento, geralmente, são ocupados por pessoas pobres, com emprego precário e outras que vivem de biscate ou comércio informal. Predominam construções horizontais, mistura de material de construção precário e material convencional (ibid). As pessoas que ainda se encontram em condições de precariedade e sem espaço para a prática de agricultura por este estar ocupado por pessoas provenientes da cidade, de áreas “rurais”, outras províncias ou mesmo outros países vendem seus terrenos e se afastam cada vez mais da cidade a procura de espaço para agricultura e criação de animais de grande ou de pequeno porte.

Relativamente a capital de Moçambique, que corresponde a cidade de categoria “A” o Plano Parcial de Urbanização (2015) indica que durante o período colonial (1915-1955) os moradores começaram a transferir-se para novas áreas habitacionais construídas fora do núcleo da cidade, mas a Baixa continua a ser o centro de actividade de Maputo, com importantes casas comerciais, bancos, restaurantes, cafés, cinemas e hotéis (Lei n.º. 2/97, de 28 de Maio, Estatuto da Cidade Capital). Costa (2011:1) defende que as transformações ocorridas na cidade de Maputo resultaram da “evolução estética”, do “poder de compra”, da acessibilidade do cimento e da acumulação monetária das pequenas poupanças quotidianas, e Jorge e Melo (2014: 65) defendem que as transformações da cidade resultam da iniciativa privada em alguns casos apoiados em práticas “clientelistas”.

Após a guerra civil que durou sessenta e seis anos, a estabilidade política e o estabelecimento de um quadro legal devolveu a atenção a gestão e planeamento urbano. Os planos iniciais do governo focaram na definição de parcelas de cadastro para assentamentos informais e semi-rurais, e consistiram no desenho de uma grelha sobre a terra informalmente ocupada. Através desta prática percebeu-se que o planeamento abrangente era indispensável. Este esforço foi impulsionado pelo ProMaputo, um programa de assistência técnica, financiado pelo Banco Mundial.

Em 1997 foi aprovada, pela Assembleia da República (AR), a Lei nº 2/97, que marcou o início efectivo do processo de Municipalização, com a institucionalização de 33 municípios e, em 1998, foram realizadas as primeiras eleições municipais e criando o Projecto de Desenvolvimento Municipal (PDM), com intuito de: i) criar capacidade técnica; ii) contribuir para o pleno e eficaz funcionamento das autarquias criadas; iii) responder e garantir o desenvolvimento das mesmas (Maloa 2016). Através do decreto nº 33/06, de 30 de agosto, o Conselho de Ministros aprova o quadro legal de transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as Autarquias locais, a partir desse decreto a cidade adopta uma postura camarária que visa criar mais atracção para os investidores, proporcionado um ambiente exclusivo a cidade e com regulamentos socioespaciais e usos e serviços dos centros urbanos.

As transformações em curso no espaço urbano moçambicano nos leva a pensar sobre o tipo de cidade que foi sendo construída ao longo de décadas de urbanização. Ao mesmo tempo, conduzem a refletir sobre qual tipo de espaço urbano está sendo projectado para as futuras gerações.

Hoje a ideia de cidade no contexto Moçambicano é concebida como uma entidade individualizadora com certa dimensão e densidade onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades, isso inclui a forma de ocupação do território, as actividades económicas desenvolvidas no seu interior, que em larga medida são subsidiárias das regiões tributárias, e o modo de vida dos habitantes, cada um destes vectores adquirindo sentido, principalmente, por comparação e oposição ao mundo rural (Salgueiro 1992: 26).

Existem, para Maputo, três níveis de planeamento urbano que servem de matriz do modelo de cidade que se pretende. No nível mais alto está o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) que foi produzido em 2008. O Plano de Estrutura definiu como objectivos: acessibilidade melhorada para todas as áreas, os centros da cidade e suas conexões com a região e países vizinhos; equilíbrio ecológico, qualidade e sustentabilidade ambiental; densificação do tecido urbano possibilitando rentabilização e racionalização de infraestruturas e serviços urbanos e uma maior interacção social entre todos os residentes do Município de Maputo; construção de habitação social; e conservação do património histórico, cultural e monumental que enriquece e materializa a memória colectiva da cidade.

O nível seguinte de planeamento é o Plano Parcial de Urbanização (PPU), dos quais pelo menos cinco foram elaborados ou iniciados; o plano da Baixa é um destes. É um instrumento

intermediário que traduz os objectivos em directrizes concretas. O Plano de Pormenor iria definir padrões de planeamento a escala do talhão, incluindo o projecto detalhado para espaços públicos.

Capítulo 4

Dinâmica espacial e organização do comércio informal

Neste capítulo analiso a interface entre organização espacial, categorização da organização do comércio informal na Baixa da Cidade de Maputo, trajectória dos vendedores informais e as formas de sociabilidades e vivências dos vendedores face a postura, para enquadrar as respostas destes face a implementação do projecto de organização municipal que decorre actualmente.

A literatura antropológica olha a cidade como um campo de transformação. Autores como Low (1996), Magnani (2002) e Agier (2009) sustentam que a transformação da cidade foi pensada como resultante da acção de pessoas consideradas competentes tais como planeadores físicos, arquitectos, urbanistas, agentes financeiros, artistas, sector imobiliário e paisagistas.

E autores como Parker (1967), Wirth (1967), Magnani (2002), Bénit e Morange (2006), Micaelo (2008), Oliven (2010) e Velho (2011) sustentam que a transformação da cidade foi analisada como produtor de mudança nas pessoas, condicionando a emergência de males sociais, secularização, pobreza, comportamentos desviantes, segregação social, racial, falta de moradia, desigualdade na distribuição de recursos, poluição, violência e substituição das relações sociais directas (face-a-face) pelas indirectas isto porque cria ruptura com os princípios considerados tradicionais. As cidades Africanas são pensadas como resultado do colonialismo, pós-colonialismo, apartheid informalidade, governação, violência, cosmopolitismo, globalização e transformação política marcada pela introdução da democracia (cf. Costa 2006; Meyer 2011).

A postura de organização do comércio informal trouxe uma dinâmica sócio-espacial caracterizada por transformações no âmbito das vivências dos vendedores, desde os usos quotidianos até a relação com os agentes do Conselho Municipal.

Figura 3: vendedores informais lutando e negociando com a Policia Municipal para recuperar a sua mercadoria - foto do Autor, Baixa, Abril 2022.



As narrativas que ouvi e registei durante o período que durou a pesquisa etnográfica denotam uma certa complexidade caracterizada por divergências e convergências dentre os vendedores informais. Alguns vê a postura do Município com bons olhos, pese embora com certa frustração devido a inviabilização que traz para o seu negócio no âmbito da sua materialização. E outros olham como uma medida “personalista” engendrada pelo actual presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Essa concepção é baseada na lógica que constroem em relação aos mandatos do actual edil Éneas Comiche com o anterior David Simango, facto que as manifestações e críticas

são direcionadas não a governação municipal de Maputo mais sim ao seu presidente, como declarou um dos interlocutores “é culpa de Comiche e desejo que Deus lhe dê o que merece”.³

Após a entrada em vigor da postura em Março de 2020 o comércio nos passeios tomou novos rumos, os vendedores inventaram e reinventaram novas formas de praticar o comércio informal, esta transformação dos modos viventes propiciada pela organização Municipal tem uma historicidade que vale apenas contextualizar.

No âmbito do plano de desenvolvimento municipal, o Conselho Municipal de Maputo, na qualidade da Direcção Municipal de Mercados e Feiras levou a cabo uma organização dos mercados a nível da cidade de Maputo, a Baixa se enquadra como uma região de comércio prioritária neste processo de organização dos mercados.

Para o Comércio informal da baixa da cidade de Maputo a Direcção Municipal de Mercados e Feiras (DMMF) na voz do Chefe de repartição de feiras e vendas ambulantes, afirma que foram disponibilizada 5 mil bancas nos principais mercados alocados pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) para o universo de 2 mil vendedores ambulantes. Para a efectivação do processo o Município fez um levantamento do universo dos vendedores informais na Baixa, do que cada comerciante informal vende, depois criaram uma guia de apresentação que serviria como uma identificação e a posterior como uma segurança para a obtenção das referidas bancas.

Tendo notado que poucos vendedores aderiram o processo de licenciamento para a adesão as bancas disponibilizadas nos principais mercados, o Município realizou uma auscultação aos vendedores informais, com o apoio da ASSOTSI (associação dos vendedores do sector informal), no período entre 2019 e a segunda metade de 2020. A auscultação tinha a finalidade de sensibilizar os vendedores para aderirem ao processo de licenciamento. O resultado da auscultação não surtiu os efeitos pretendidos pelo Município e os vendedores que haviam aderido ao processo voltaram para os passeios da Baixa da Cidade e os que ainda se encontravam lá, não cooperaram com o projecto. Diante desta situação, a saída encontrada pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo foi a retirada compulsiva dos vendedores em Março de 2020, para além da adopção de uma fiscalização constante que envolve o policiamento feito pelos Agentes da Polícia Municipal e as vezes junto com a Polícia Canina.

³ Conversa com o Basílio um dos vendedores ambulantes na Av. Guerra popular: 11 de Junho de 2022

Figura 4: Venda nos passeios da Baixa da Cidade - foto do Autor, Baixa, Abril 2022.



4.1. Trajectórias dos vendedores

Nesta secção apresento a trajectória de Basílio, Nélia e Eduardo, vendedores com quem tive maior interacção durante a pesquisa de campo, onde se destaca a sua experiência como vendedores e a comparação que eles fazem dos diferentes momentos de governação municipal a partir da sua condição de vendedores nos passeios da Baixa da Cidade.

Basílio, 27 anos, Natural de Namacurra, província de Zambézia, com 8 anos a trabalhar na Baixa de Maputo na Av. Guerra Popular, descreve a sua trajectória contextualizando as razões que o levaram a vender naquele passeio.

Começou a vender em 2010 quando o pai faleceu, na altura ele vivia na sua terra natal e frequentava a 8 classe. Após a morte do pai, mudou-se para a vila de Namacurra juntamente com a mãe. Em Namacurra viveram em casa arrendada, para além das despesas alimentícias e com os seus estudos, numa altura que a mãe não trabalhava. Começa a ter problemas em continuar com os estudos, largou os estudos e viaja para Maputo em busca de oportunidade e melhores condições de vida. Chegado a Maputo conseguiu um trabalho para cultivar na Quinta no distrito de Boane, onde trabalhou durante 4 anos.

Em 2014 regressa a província da Zambézia para casar. Os donos da Quinta onde ele trabalhava recomendaram que para continuar a trabalhar deveria estar casado para não se desviar do trabalho

por causa de meninas. A viagem a terra natal foi paga pelos seus patrões. Regressa a Maputo na companhia da sua esposa, onde passou a desempenhar as suas funções e residir numa casa que o seu chefe (patrão) havia disponibilizado para estes viverem.

Depois de alguns meses a relação com o seu chefe começa a desandar devido a forma pela qual o Basílio consumia os produtos cultivados, nas palavras do interlocutor, ele produzia uma parte para o chefe e uma parte de terra pessoal que o seu empregador havia disponibilizado para ele cultivar junto a sua mulher, e com a insatisfação do seu empregador relativo a gestão dos serviços e com as desavenças que andaram surgindo com o tempo, este decide largar o trabalho, portanto, após receber o seu salário este pede demissão, muda-se com a sua família para a zona da Brigada na cidade de Maputo onde passou a arrendar uma casa.

Em 2015 por intermedio de um vizinho começa a trabalhar como carregador na baixa de Maputo, na altura a Baixa estava constituída por bancas dos vendedores, e estes usavam os seus serviços de carregador para retirar os produtos nos armazéns na Guerra Popular, num momento em que não havia proibição da venda e vendiam sem problema. Disse que na altura fazia um bom dinheiro, houve dias em que conseguia 500mts por dia e nos dias como sábado em que muitos carregadores não vinham trabalhar, este conseguia fazer até 1000mts.

Trabalhando como carregador durante 5 anos, conseguia pagar a renda de casa, colocar a comida na mesa entre outras despesas. Entretanto, em 2020 quando a polícia no mês de Março pela madrugada (4:00) coloca em prática o processo de retirada compulsiva, foi quando entraram nos armazéns que pertenciam aos agentes económicos e associação dos vendedores informais, e retiveram todos os produtos dos vendedores. Quando os vendedores voltaram de manhã com o objectivo de mais um dia de trabalho, depararam-se com ambiente de tensão por parte da polícia municipal junto com a polícia canina, que tinham tomado a baixa da cidade, foi o primeiro dia em que os vendedores manifestaram-se contra a postura.

Ele e os seus colegas passaram a não mais guardar os seus produtos nos armazéns conhecidos pela polícia Municipal, adoptaram outras formas de como guardar em armazéns secretos, casas de amigos e de pessoas próximas na Baixa e no bairro do alto mãe mediante o pagamento de uma taxa. Os seus serviços de carregador registaram pouca demanda, a “crise” segundo as suas palavras, o que propiciou com que este procurasse meios alternativos para prover o sustento em sua casa.

Foi quando no mesmo ano este começa a trabalhar como “guarda” (segurança) durante a noite numa loja de Nigerianos na Baixa de Maputo, e com o que ganhava no novo trabalho investia pouco a pouco na compra de produtos para a sua banca móvel. Durante o dia e os finais de semana passou a fazer venda ambulante nos passeios da Baixa de Maputo (rebuçados, bolachas e doces). Considera que é venda ambulante que mais tem o ajudado a cobrir as despesas, o sustento da sua esposa junto com o seu filho do que o emprego, porque são apenas 3000 Mts que lhe pagam como Guarda. A vantagem de trabalhar como guarda é a segurança que o emprego oferece em situações de doença, já que o negócio depende da sua disposição física, se este cai doente obviamente que tudo para, enquanto o emprego independentemente disso vão continuar a lhe pagar.

Relativamente aos seus sonhos futuros, o nosso interlocutor demonstrou uma grande dificuldade em descrever, segundo este é bastante desafiador face a pobreza que o assola actualmente, e tem pensado apenas no que comer amanhã e os sonhos é para quem pode, mas continuando, este descreveu planos futuros como de construção da sua casa na sua terra natal e regressar aos estudos assim que conseguir arrecadar um valor que o possibilite voltar para fazer isso em casa.

Nélia, de 42 anos, pratica a venda na baixa de Maputo há 18 anos. Começou ainda jovem, com os seus 15 anos, e nessa altura vendia com a sua mãe no mercado Xiquelene, aonde vendia hortícolas (tomate, cebola e verduras). Aos 19 anos, quando contraiu o matrimónio, foi obrigada a procurar algo para fazer por forma a não se sentir “inútil” segundo as suas palavras.

Na altura, já estava grávida do seu primeiro filho, e isso constituiu num empecilho tanto para continuar os seus estudos, na altura frequentava a 6ª classe, e também teve dificuldades para procurar um negócio para fazer já que a gravidez era de risco.

Após ter o seu primeiro filho aos 20 anos de idade, ela começa a olhar para as possibilidades e por forma a ajudar o marido que na altura trabalhava como ajudante de pedreiro em obras. Aos 24 anos inicia o seu negócio na baixa de Maputo com a influência da irmã que já estava há bastante tempo a vender naquele local. Na altura em que começou a vender na Baixa de Maputo, comercializava hortícolas, o mesmo fazia com sua mãe. Tinha uma experiência acumulada e achou mais adequado iniciar com um negócio que já conhecia o seu funcionamento.

No tempo de Chissano como a interlocutora caracteriza, na Baixa havia poucas lojas e os vendedores nos passeios na altura não chegavam nem metade dos que existem actualmente.

Pagavam uma taxa mensal a associação dos vendedores que existia naquela altura e não havia proibição da venda no local.

Em relação ao contexto de governação Municipal, a interlocutora disse que antes de começar a vender Artur Canana era o presidente do Município CMCM, mas quando começou a desenvolver efectivamente o seu negócio na Baixa da Cidade o presidente do Município na altura era Comiche e que foi sucedido por David Simango em 2008 e governou até 2019. Discorrendo sobre a governação de David Simango afirma que foi a melhor que existiu até agora, porque vendiam em paz e em nenhum momento foram convidados a abandonar os passeios, as bancas que lá estavam não criavam nenhum problema de circulação.

Afirmou que em 2014 a Baixa já estava lotada, muitos dos vendedores que vendiam nos outros mercados na cidade de Maputo saíam e vinham desenvolver os negócios na Baixa por causa da forma que os produtos eram comprados e com isso, ela afirma que essa procura foi o que alterou a morfologia da cidade de Maputo em especial a Baixa, porque muita gente imigrava para a capital para o comércio nos passeios da Baixa da cidade.

Continuando, Nélia, afirma que em 2017 essa demanda e crença pela Baixa fez com que ela procurasse um outro negócio que fosse mais rentável porque muitos já vendiam hortícolas e passou a vender roupas e sapatos usados vulgarmente conhecido como calamidade com ajuda da sua filha mais velha. E a forma de vender na Baixa muda quando em 2019 o presidente Comiche retoma a governação municipal.

Quando em 2020 o Município recolheu os produtos dos vendedores nos armazéns da Baixa, ela perdeu todos os seus produtos que tinha guardado. Desde então começou a vender calçado feminino. Antes de terem sido retirados, em 2019 decorreu uma reunião entre os vendedores informais e o Município, no campo do Ferroviário da Baixa, onde foi recomendado aos vendedores para abandonar os passeios e ocupar as bancas dos mercados. Para o município, a sua organização nos passeios era desordenada e alterava a estética da cidade e os peões não conseguiam circular a vontade e também por causa da Covid-19, e por isso era preciso a saída dos vendedores para os mercados como Laulane.

Mas, as pessoas não aceitaram porque os mercados não tinham condições favoráveis para a venda dos seus produtos, e passavam quase muito tempo sem vender nada. E os que haviam aderido aos

mercados pouco a pouco começaram a voltara para baixa. E continuou dizendo que, hoje ela tem 5 filhos e depende inteiramente da baixa para prover o sustento da sua casa, o marido trabalha como Guarda e por isso que, o que ele ganha não é suficiente para cobrir as contas de casa.

Eduardo, 35 anos. Natural de Maputo, no bairro de Mavalane e vendedor nos passeios da baixa de Maputo há 12 anos. A trajectória de vida assemelha-se com a da Nélia em termos de ver o comércio informal como sendo uma actividade de herança deixada pela mãe.

Descrevendo a sua trajectória, deixa claro que a sua história de vida foi determinante para que hoje se tornasse nesse comerciante que é. Aos 17 anos começou ajudar a mãe no comércio, na altura vendiam óleo de cozinha em plástiquinhos até 1 litros. O negócio era feito com principal objectivo de sustento da casa, já que segundo este o pai os deixou viajando para Africa do Sul para trabalhar dai, nunca mais voltou e nem ao menos deu sinal de vida desde lá.

A mãe desenvolveu essa actividade comercial desde 1993-2000 foi quando percebeu que não estava a cobrir as rendas de casa, portanto, foi neste contexto em que ela deixa de vender para fazer machamba por convite das amigas e desde lá este esteve a ajudar a mãe no cultivo.

Em 2010 o irmão mais velho o convida para vender na Baixa de Maputo, na altura o irmão lhe deu saco plásticos para que vendesse e o valor que conseguia com o lucro do negócio esse ajudava nas despesas da sua casa, durante uma temporada este percebeu que o negócio não rendia o lucro esperado e acabou deixando e optando no negócio de cabides.

Depois de um ano vendendo cabides, passou a vender calçado (chinelos), e por fim entrou no negócio de carteiras que está a desempenhar até actualmente. Este caracterizando o processo de venda na baixa, afirma que no início houve negócio, a gente vendia e com o valor que conseguia com as vendas dava para construir, falando especificamente no caso dele, deu para casar, construir sua casa, e teve seus dois filhos com base no negócio que desempenha na Baixa da cidade. Mas actualmente, com a ordem de retirada na Baixa e a entrada da pandemia da Covid-19 no país, condicionou bastante o negócio, chegando as vezes a não vender nem uma carteira por dia.

Comentando sobre a postura de retirada compulsiva, este afirma que não está ser fácil, porque eles tem os passeios como um lugar que provê sustento há mais de 12 anos, por isso torna-se difícil acatar a medida do conselho municipal, facto que persistem a praticar o negócio mesmo em condições inadequadas. E esse faz uma relação histórica sobre a medida imposta pelo município

dizendo que, não é nova, até porque em 2012 também foi tomada uma medida igual a essa na governação do presidente David Simango, a postura foi recebida com a mesma resposta que as manifestações de 2020, mas diferente desta, conseguiram que em 2012 o presidente voltasse atrás da sua medida.

4.2. Sociabilidades e vivências dos vendedores face a postura

Apesar dos vendedores vivenciarem um ambiente onde disputam por melhores postos de venda, fregueses e com a própria polícia municipal, valores como amizade e união são muito estimados. Durante o almoço e a espera pelo chapa após largar nas vendas os ambulantes se reúnem para compartilhar experiências e principalmente para se actualizar quanto aos preços e os produtos de maiores saídas. Como é comum a venda de doces e salgados, calçados e fardos vulgo “calamidade”, os ambulantes partilham informações preciosas das distribuidoras mais baratas. Estão atentos a cada oscilação de preço e as pesquisas são feitas de forma minuciosa nas lojas das redondezas a baixa. Também procuram estabelecer um preço padrão para cada tipo de mercadoria de forma a não gerar discrepâncias dos valores que as mercadorias são revendidas. Além das informações práticas, conversam sobre a polícia municipal e de como melhorar estratégias de fuga. Neste âmbito, constata-se um processo de solidariedade e reciprocidade, no contexto da presença da polícia municipal os vendedores alertam-se para que todos fujam, e quando um dos colegas se ausenta deixando a sua mercadoria estes levam como forma de salvar a mercadoria. E quando se encontram numa situação de um ter a sua mercadoria apreendida pelos agentes do Conselho Municipal, estes unem-se em prol de recuperar a mercadoria antes que os agentes saiam com ela do local para o Armazém.

O armazém é o local aonde os produtos apreendidos pela polícia municipal são destinados, o regulamento do Comando da Polícia Municipal (CPM) estabelece que os vendedores, ora retidos a sua mercadoria tem o direito de reclamar num prazo de 90 dias mediante uma multa de 1500mtn, isso independentemente do tamanho, volume ou avaliação da mercadoria, mesmo que seja um sapato, a taxa é única. Findo este dias, a mercadoria é revertida a favor do Estado, na qual são destinados para venda por leilão realizado pela Direcção de Finanças do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Entretanto, o regulamento não estabelece a possibilidade de recuperação aos

produtos perecíveis como hortícolas, tubérculos, e peixes, na qual após a apreensão são alocados a acção social para fins de caridade.⁴

Durante o período matinal a sociabilidade é reduzida e a campanha publicitária é acionada, o período matinal é tido como o mais importante do dia por ser o horário do pico em que a clientela se faz presente na baixa para as compras e é o período em que a presença da polícia municipal é forte. Por isso neste período a relação de venda é priorizada, quase não há conversa entre os vendedores a única que estes mantêm é apenas quando algum cliente consulta algo que os vendedores não possui, é aonde que este consulta o colega por forma a saber se tem para poder vender e a posterior dividir a comissão de venda. Diferentemente do período de tarde, as vendas registam uma ligeira descida, período este em que os clientes estão mais preocupados em conseguir apanhar o chapa para casa é neste momento em que estes reservam para partilhar as experiências.

A venda de roupa de fardo vulgo “Calamidade”, é a actividade comercial com mais vendedores informais e é a mercadoria mais disputada e requisitada pelos clientes nos passeios da Baixa de Maputo como evidencia a figura, abaixo apresentado, onde será possível compreender a demanda que se refere nesta secção. A segunda é de roupa que os vendedores compram para revender nas lojas de Nigerianos, Ruandeses, Burundienses e Sul-africanos, essa roupa é denominada de “Original” porque sempre contém mais de uma peça igual, diferentes da roupa de fardo que muitas das vezes vem em peças únicas. Depois segue os calçados que têm um número maior de vendedores seguidos por vendedores de refrigerantes e de frutas de maior incidência para a Maçã.

O processo de escolha das mercadorias para venda parece não gerar dúvidas nos vendedores informais, salvo algumas vezes onde encontrei vendedores de artigos domésticos tais como descascadores de frutas e utensílios de plástico, a maior parte actua no ramo alimentício. Quando questionei como se deu a escolha dos produtos a serem comercializados as respostas dos meus interlocutores foi muito semelhante: “vendo pois tem maior procura e saída”.⁵

Anexo neste texto algumas fotos que ilustram a forma que os agentes da polícia municipal lidam com a renitência dos vendedores, a polícia adotou a estratégia de chegar antes e se posicionar nas principais avenidas que os vendedores exercem as suas actividade, isso consiste numa forma de

⁴ Em conversa com Inspector e chefe das Operações da Polícia Municipal: 15 de Julho de 2022.

⁵ Em conversa com vendedor de utensílios na Av. Guerra Popular: 18 de junho de 2022.

desencorajar os vendedores a ocuparem os passeios⁶, mas é uma estratégia que não tem demonstrado boa eficácia, pois os vendedores informais (VI), se reinventam ficando uma distância favorável da polícia municipal ou mudam de lugar para assim continuar a vender e não serem apreendidos a mercadoria como evidencia a figura, abaixo apresentado.

A prática etnográfica demonstrou que a venda informal em parte tem como apoio dos agentes económicos, este tem uma relação de negócio com alguns vendedores, os agentes económicos tem financiado as mercadorias destes para que tenham uma saída mais rápida na parte exterior das lojas, e alguns munícipes quando se fazem a baixa tendem a optar nas mercadorias e produtos que são comercializados nos passeios, primeiro porque tem sido mais eficaz para esses alegadamente pelo tempo que levam para adquirir a compra pretendida, dirigir-se a loja ou no interior do mercado tem-lhes “roubado” mais tempo em relação a comprar nos passeios, o segundo motivo consiste no preço da oferta, notavelmente os vendedores proporcionam para os munícipes preços baixos comparativamente com os que são comercializados no interior das lojas e do mercado central, essas são algumas das razões de alguns munícipes sair em defesa do comércio nos passeios.

Além do conflito existente entre a polícia municipal e os vendedores, constata-se também uma rivalidade entre os vendedores e os outros que vendem nas lojas e no mercado central, a rivalidade consiste alegadamente porque estes primeiro ofuscam a clientela desses formais, os mesmos reclamam ter mais direitos de vender por serem credenciados e organizados, facto que no dia 26 de abril de 2022 houve um alvoroço⁷ entre os vendedores “formais” quem vendem dentro do mercado central e os vendedores informais.

Entretanto, nas avenidas Guerra popular e Filipe Samuel Magaia assiste-se um ambiente de conflito por conta do comércio informal, a rivalidade entre vendedores informais e a polícia municipal se compara a de gato e rato cada um concorrendo para disputar o mesmo espaço. O comércio informal é praticado na sua maioria por jovens provenientes dos bairros periféricos e nas outras províncias, mas também, constata-se um número acentuado de crianças e velhos de ambos géneros.

⁶ Entrevista com Inspector e chefe das Operações da polícia municipal.

⁷ Os vendedores do Mercado Central saíram em repúdio da feira criada pelo conselho municipal, alegadamente por estar a somar prejuízos porque os clientes não entravam no interior do Mercado terminando apenas na feira que tinha sido criado nas sextas-feiras na Av. Zedequias Manganhela atrás do mercado central.

Figura 5: posicionamento da polícia antes da chegada dos vendedores na Av. Guerra popular- *foto do Autor, Maio de 2022.*



Figura 6: *organização dimensional dos vendedores de roupas vulgo “ calamidade ” - foto do Autor, Baixa, Abril de 2022.*



4.2.1 O uso da Magia para o sucesso na venda

A conversa com o meu informante Basílio teve outros desenvolvimentos e a dada altura ele tocou num ponto relativo ao uso da magia, algo que me fez lembrar que durante a pesquisa alguns vendedores diziam recorrentemente falas em changana como “a fambile ka nhanga” (foram ao curandeiro) “, “nvatirissa a uloyi” (usam feitiçaria) que eu não conseguia perceber o contexto em que esses termos se enquadravam até a conversa com o meu interlocutor.

O meu interlocutor falou-me que para fazer negócio tem que estar preparado em todos sentidos, por que usam da magia como uma prática costumeira dentre os vendedores para adquirirem mais clientes e promoverem as suas vendas, neste contexto a magia torna-se numa prática de disputada

dentre os vendedores informais, e isso é fundamentado pelos bens que certos vendedores ambulantes tem adquirido como carros, casas de qualidade entre outras coisas, motivo pela qual alguns atribuem a magia, como o interlocutor abaixo questiona:

Você encontra um jovem que começou como Eu assim, vendendo pequenos produtos como bolachas e doces e em pouco tempo começa a contratar trabalhadores e paga 5mil por mês por trabalhar para ele, e abre loja ou mercearia cheia de produtos uma pessoa que nem frequentou a escola como se explica? Está claro que é magia, por isso, que nada se compara a riqueza da escola.⁸

O interlocutor entende a riqueza da magia como uma “solução temporária”, porque ela é baseada por sacrifício e quase sempre tem um “preço”, alguns ao recorrerem a um curandeiro para enriquecer acabam dando como sacrifício uma parte do seu corpo ou até mesmo oferecer o seu filho para poder alcançar o objectivo.⁹ Entretanto, chega numa dada altura em que quando as condições impostas pelo curandeiro não são cumpridas ou quando a pessoa morre todos os bens ora alcançados começam a se esvaír sem nenhuma explicação logica.

Augé (2000) que afirma que a prática de magia muitas vezes se confunde com a feitiçaria. West (2009) e Andrade (2016) defendem que a feitiçaria remete ao poder, visto que está ligada a uma capacidade excepcional de transcender o mundo visível que a maioria das pessoas conhece, com objectivo de obter influências sobre ele para fins extraordinários. O discurso da feitiçaria constitui uma linguagem do poder que penetra nas relações sociais e culturais como uma realidade social prática visível e invisível ao mesmo tempo. Trata-se de uma visão do mundo, uma forma de interpretar a realidade social.

A partir da perspectiva acima referenciada, podemos considerar que a feitiçaria constitui um fenómeno social que resulta da interacção social. Por outro lado, podemos considerar a feitiçaria como uma realidade que remete a dimensões relacionais de aspectos económicos, políticos, sociais e culturais. Nesta óptica, a feitiçaria constitui em si, numa forma de ver e interpretar a realidade social no tempo e espaço determinados, que remete a um domínio de saber contextualmente válido.

Este fenómeno é importante para este estudo na medida em que sob ponto de vista das vivências dos vendedores tem influência directa sobre a forma que estes vê o mundo e o caracteriza. O

⁸ Entrevista com comerciante que desenvolve as actividades na Av. Guerra popular: 13 de Agosto de 2022.

⁹ Segundo o informante existe sacrifício de sangue que exige para que a pessoa sacrifique o seu filho a morte para poder usufruir a riqueza que necessita, caso este não o faça corre o risco de ficar demente.

significado que eles dão a essa prática estabelece um exemplo da forma como simbolizam e interpretam a dimensão relacional nos passeios e a venda na Baixa de Maputo. E com o facto de que o meu interlocutor afirmou que a venda na Baixa da Cidade de Maputo esta vivendo duas disputas, uma relativa a disputa de espaço com Conselho Municipal e a outra entre os vendedores que usam a magia para disputar a posição de melhor vendedor, e continuou dizendo que, se alguns não querem largar os passeios da Baixa de Maputo e exactamente por conta do vínculo que a magia tem com o local.

4.2.2 Atribuição de nomes insultuosos “Mbavas”, “Corruptos”, “Esfomeados”, “Maldosos”

As narrativas dos vendedores que desenvolve as actividades nos passeios da Baixa usam termos insultuosos para se referir aos agentes da polícia municipal e ao presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Durante a observação pude testemunhar repetidos cenários em que os vendedores se referiam a Polícia Municipal com esses nomes como forma de demonstrar a sua revolta.

A atribuição de nomes pejorativos resulta do rumo que o processo de organização da Baixa da Cidade foi tomando em diferentes fases desde a sua implementação. Os vendedores queixa-se de práticas arbitrarias pelos agentes do Conselho Municipal como recolha de produtos, pedido de suborno e violência. Queixas que a Direcção de Mercados e Feiras tem conhecimento, mas alega ser apenas rumores e até na altura nenhum dos agentes do Conselho Municipal tinha sido julgado por isso.¹⁰

Durante a pesquisa constatee situações que os vendedores usam essas designações insultuosas tanto para anunciar a presença da polícia municipal como “ Mbava afikile”, ou para caracterizar as acções em que tem decorrido naquele espaço. Alguns vendedores falaram-me sobre a Polícia ver a Baixa de Maputo como uma “loja de levantamento de produtos de graça” quando estes tem necessidade ou falta de roupa, sapatos para seus filhos vem na Baixa com o propósito de apreender especificamente aqueles produtos para o benefício próprio.

Uma vez eles chegaram e começaram a levar os produtos dos vendedores e logo a posterior começaram a se distribuir no carro peça por peça que

¹⁰ Entrevista com comerciante informal na Av. Felipe Samuel Magaia: 23 se Junho de 2022.

havam tirado de nós e ficamos sem entender se estamos a lidar com autoridade ou com esfomeados corruptos.¹¹

4.3. Usos quotidianos dos vendedores informais nos passeios da Baixa

Após a retirada compulsiva dos vendedores, o Município posicionou de forma permanente a polícia municipal nos locais normalmente ocupados pelos vendedores. A resposta dada pelos vendedores foi descrita por um dos interlocutores como “ Soldado na guerra”, para vincar o facto diariamente enfrentarem a polícia municipal para exercer as suas actividades de venda.

Neste novo ambiente, fugir e evitar a presença da polícia passou a ser a norma e os vendedores passam a adoptar formas para organizar os seus produtos, como colocar as roupas de segunda mão enroladas em capulanas por facilitar a arrumação e fuga sempre que se aproxima a polícia.

A acção da polícia, para além de evitar a ocupação dos espaços, recolhem os produtos dos vendedores que desafiavam a medida. Quando os produtos são apreendidos, os vendedores negociam com a polícia, cheguei à presenciar várias situações de suborno para a recuperação do produto.

¹¹ Um dos vendedores que exerce as actividades na Av. Guerra Popular lamentando sobre as práticas arbitrárias dos agentes do Conselho Municipal.

Capítulo 5

A Baixa da Cidade como campo de possibilidades

Neste capítulo analiso a forma como vendedores legitimam o uso da Baixa da Cidade de Maputo como espaço para vender os seus produtos.

Na sua análise sobre campo de possibilidade Velho (1973: 91) afirma que a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.

Se no passado o processo migratório e êxodo rural foi provocado por guerras pela independência e civil nas perspectivas de (Loforte 2000; Paulo 2007), a imigração do campo para a cidade que se observa recentemente é vista como motivada pela busca de oportunidades (Velho 1973). Para aqueles que migram da zona rural para a área urbana, “a cidade é encarada como um espaço de liberdade e possibilidades, na medida em que o emprego regular é visualizado como uma segurança e independência, inexistentes no campo (Oliven 2007: 36).

A Baixa da Cidade de Maputo é a principal zona comercial da cidade e concentra cerca de 90% de estabelecimentos comerciais. No censo realizado pela Direcção Municipal de Mercados e Feiras do Município no ano 2019 indica que o número de vendedores informais na Baixa é de cerca de 2mil.¹²

Para além disso, a Baixa da Cidade concentra a maior parte de infraestruturas urbanas, edifícios públicos e possibilidade de emprego, o que leva a população da periferia a deslocar-se diariamente para trabalhar, estudar, comercializar, entre outras actividades. Neste caso, a Baixa da cidade de Maputo é vista não só como um campo de possibilidades para se alcançar melhores condições de vida assim como um campo de dependência.

¹² Entrevista com Inspector e Chefe das Operações da Polícia Municipal.

5.1. Organização do comércio informal como um campo de tensão

A organização do comércio informal nos passeios da Baixa da cidade de Maputo está sendo marcada por tensão entre os vendedores e a polícia municipal, o conflito varia desde agressões provocadas por excesso de zelo por parte da polícia, assim como agressão por parte dos vendedores para a polícia municipal.

Yanez-Casal (1991) utiliza o termo “campo de tensão” para caracterizar os conflitos que os projectos desenvolvimentistas tem originado no âmbito da sua implementação, o autor se refere ao dinamismo da intensidade dos movimentos provocados pela globalização de processos homogeneizantes da ordem social mundial, trazido pelo processo de Desenvolvimento.

Para Pimentel (2020) as cidades contemporâneas são palco de uma pluralidade de conflitos em torno dos usos de espaços públicos e também de suas regulações. Enquanto agentes e grupos políticos se mobilizam em prol do recrudescimento da distinção entre usos autorizados e usos não permitidos desses espaços, através da presença de policiais, tecnologias de vigilância e até mesmo da formulação de leis, outros se posicionam em defesa do “direito à cidade”, contra o policiamento ostensivo e a criminalização da livre apropriação dos espaços públicos.

Encontramos também narrativas sobre cidadania e opressão que nos remete a historicidade do regulamento urbano colonial. Na minha análise integro os processos históricos sobre o regulamento urbano que marcou diferentes épocas e essas narrativas servem de uma ponte para compreender a forma como os vendedores informais vivenciam a Baixa da Cidade de Maputo.

Os vendedores justificam a sua permanência nos passeios como resultado de altas taxas e alto preço do arrendamento das lojas, o que para eles justifica a presença predominante de estrangeiros que ocupam as lojas, bancas e Mercarias existentes na Baixa da Cidade de Maputo.

Em conversa com um dos vendedores, referiu a este aspecto nos seguintes termos:

É complicado sabendo que a maioria dos vendedores informais possuem pouca capacidade económica e põe a arrendar uma loja pequena a um preço de 53 ou 70 mil mensais, isso é uma estratégia de excluir a gente que somos os verdadeiros donos da cidade e que tínhamos que ter mais direito sobre esta cidade, por isso que a estamos aqui nos passeios porque

o nosso governo não dá valor a nós mais que da pelo dinheiro que recebe pelo imposto e renda das lojas aqui existentes.¹³

Para compreender essa relação entre os vendedores informais e a polícia municipal, propus-me a acompanhar diferentes experiências, vivências e opiniões para compreender as influências individuais ou colectivas por detrás da relação de poder existente no campo, por isso a noção de poder é concebido neste texto como uma consequência que surge no processo de negociação.

A observação nos remete a uma ideia que eu chamaria de “Divergência de objectivos” na medida em que o conselho municipal legitima-se num regulamento que olha a Baixa da cidade de Maputo com base num certo modelo. Modelo este, que caracteriza a presença destes vendedores nos passeios como inadequada e disfuncional para o tipo de organização socioespacial que se pretende alcançar. O Plano de Urbanização prevê uma Baixa livre do comércio informal por julga-lo inadequado para o objectivo que se pretende alcançar no âmbito do plano de reordenamento territorial da zona da Baixa de Maputo.

Por parte dos vendedores, este plano igualmente disfuncional para o funcionamento do seu negócio, por isso os vendedores estão cientes em relação as ferramentas que regulam aquele espaço e, por isso, buscam razões e motivações para legitimar a sua objecção em abandonar o espaço que hoje são retirados compulsivamente.

Essas disjunções de objectivos têm marcado o projecto de organização do comércio nos passeios da Baixa de Maputo com uma tensão entre os vendedores informais e a polícia municipal.

¹³ Entrevista com comerciante que exerce actividades nos passeios da Baixa de Maputo: 21 de Junho de 2022.

Capítulo 6

Conclusão

Esta pesquisa tinha como objecto de analisar as vivências dos vendedores informais no contexto da regulamentação do comércio informal, a pesquisa questiona a forma pela qual os vendedores experienciam as transformações resultantes da regulamentação municipal em relação aqueles passeios da “Baixa de Maputo”, com as técnicas metodológicas adoptadas foi possível penetrar no dia-a-dia dos vendedores e compreender a forma como inventam, reinventam por forma a lidar com essa transformação, assim como a sua forma de olhar a regulamentação, aquele espaço e a legitimidade que estes chamam para advogar a sua permanência e direito à cidade. Foi a partir da conjugação de três argumentos que possibilitaram a compreensão do universo dessas vivências e diálogos dentre os vendedores informais, sua relação com a policia municipal e a regulamentação estrutural do comércio nos passeios da Baixa de Maputo.

O primeiro argumento defende que, a forma de pensar e regular a ocupação dos espaços urbanos da Baixa de Maputo tem suas raízes na política territorial do Estado colonial, portanto, argumento que as políticas atinentes às questões urbanas em Moçambique têm relação com as políticas da República Portuguesa, isto, devido à influência colonial que o país esteve sujeito durante séculos. Este argumento é corporizado por Sicola (2014), que acredita que a Lei de Ordenamento Territorial (LOT) de 1997, alterada em 2007 que regula o ordenamento territorial em Moçambique foi influenciada pela Lei base da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo Português. Portanto, tendo esta perspectiva em vista, percebi que essa influência não é fruto de mero acaso, é resultado de um laço histórico relacionado ao processo de organização do território.

O segundo argumento olha a cidade como um *locus* que agrega diferentes lógicas, e essa perspectiva é sustentada pelo Magnani (2002) que propõe olhar sobre a cidade e sua dinâmica através do método etnográfico, e sustenta que as grandes cidades certamente são importantes para análise e reflexão, não apenas porque integram o chamado sistema mundial e são decisivas no fluxo globalizado, mas também porque concentram serviços, oferecem oportunidades de trabalho, produzem comportamentos e determinam estilos de vida, é neste contexto que Velho (2011) enuncia a cidade como “campo de possibilidades”. Entretanto, é nesta configuração incapaz de absorver o contingente de trabalhadores nas grandes cidades e no crescimento desordenado dos

centros urbanos, que o comércio informal nasce como uma “saída de emergência” produzindo um novo estilo de vida e permeando o espaço urbano com intensidade.

O terceiro argumento é relativo a baixa da cidade de Maputo ser caracterizada como um “campo de tensão”, o argumento é de que as normas, regras urbanas tem sido factores de conflito nas cidades. Os diálogos que os indivíduos vão mantendo quando há momentos em que tem que lidar com tensões e normas tem sido marcadas pela legitimidade sobre o direito à cidade. Pimentel (2020) afirma que os cidadãos se posicionam contra o policiamento ostensivo e a criminalização da livre apropriação dos espaços públicos. Essa tensão também é influenciada pelo princípio desenvolvedor na qual a regulação urbana está baseada, o que Magnani (2000) chama de “planeamento estratégico para atracção de capital”. No entanto Yanez-Casal (1991) afirma que os conflitos que os projectos desenvolvimentistas levam consigo elementos da globalização, processos homogeneizantes da ordem social mundial, trazido pelo processo de desenvolvimento e emerge disjunções de elementos socioculturais locais e concretos.

No entanto, através da realidade constatada que desencadeou a pesquisa etnográfica em relação a disputa do espaço no contexto da organização do comércio informal, as entrevistas e observação intensivas possibilitaram testemunhar algumas dessas situações e refutar outras. Os eventos testemunhados recorriam sistematicamente a narrativa sobre a prática da venda informal como um mecanismo de sobrevivência e esta narrativa desencadeou uma serie de factores legitimadores que os vendedores defendem como fundamento, baseados na condição socioeconómica do país, a falta de emprego, elevado índice de pobreza nas províncias que alguns desses são provenientes, e incapacidade da edilidade em proporcionar mercados com condições favoráveis para o bom desenvolvimento das suas actividades.

Não só, no contexto desta regulamentação testemunhei situações narradas pelos vendedores que nos remete à cidadania, a narrativa consiste no favorecimento a indivíduos estrangeiros na apropriação do espaço e das lojas em detrimento dos cidadãos moçambicanos, esta narrativa leva com que os comerciantes aleguem uma possível opressão e perseguição por parte da edilidade.

Por outro lado como argumentei no capítulo 4, a pesquisa etnográfica me conduziu a outras dimensões, que consistiram em analisar o como a dinâmica espacial e de sociabilidade do comércio informal no contexto desta organização exerce influência para a postura renitente dos vendedores e consequente persistência nos passeios da Baixa de Maputo. Alguns casos que me foram contados

que dava conta de que o comércio informal tinha apoio e patrocínio dos agentes económicos da Baixa, e a preferência dos munícipes em efectuar a compra dos produtos nos passeios em relação as lojas e no interior do mercado. Percebi que esta relação estabelecida entre os vendedores, agentes económicos e conjugada com a demanda excessiva de produtos dos vendedores informais pelos munícipes, além de contribuir para a manutenção do comércio informal também constitui numa das razões da firme persistência dos vendedores informais naqueles passeios e de coesão social.

Estas situações e narrativas me conduziram a necessidade de olhar a organização do comércio informal não apenas enquanto regulamentação, mas também tomando em consideração aspectos sociais e culturais. Facto que me levou a aprofundar o meu questionamento no sentido de procurar perceber como essa conjuntura em relação a visão do mundo influencia nos diálogos e vivências que os vendedores vão mantendo no contexto da organização do comércio informal e essa análise abriu espaço para compreender a dimensão relacional e a importância que os vendedores atribuem aqueles passeios, a sua categorização, e as narrativas de legitimação da sua presença naquele espaço.

Em geral, do estudo realizado foi possível perceber que no contexto da organização do comércio informal há existência de factores que influenciam nesta conjuntura, as abordagens possibilitaram a compreensão desta relação e vivências em contexto da regulamentação urbana, não obstante, a realidade constatada e a literatura consultada foram determinantes para a compreensão das relações e vivências que vão sendo mantidas. Contudo, o trabalho para além de ter contribuído para a explicação de como os espaços urbanos são negociados e categorizados em contextos de tensão, normas ou regras, abre espaço para questionar tendência que olha a transformação das cidades como tendo sido pensada resultante da acção de pessoas consideradas competentes tais como planeadores físicos, arquitectos, urbanistas, agentes financeiros, artistas, sector imobiliário e paisagistas, argumento defendido pelos autores (Low 1996; Magnani 2002; Agier 2009). Também, abre espaço para mais estudos aprofundados que analisam a cidade enquanto dispositivo de produção de uma segregação territorializada das classes pobres ou a forma como as pessoas passam por experiências de regulamentação de espaços públicos urbanos.

Referências bibliográficas

- Agier, Michel. 2009. “Situações elementares da vida urbana”, in Cordeiro, Graça e Frogúlio Jr, Heitor (trad). *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome. pp. 89-99.
- Andrade, Inácio. 2016. “Tem um espírito que vive dentro dessa pele: feitiçaria e desenvolvimento em tete, moçambique”. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Araújo, Manuel. 2003. “ Os espaços urbanos em Moçambique”. *GEOUSP, Espaço e tempo*. 14, São Paulo, pp. 165-183.
- Augé, Marc. 1974. *A Construção do Mundo*. Lisboa: Edições 70.
- Baloi, Jochua. 2019. *O impacto da requalificação urbana na governação municipal: uma análise a partir de Moçambique*. Maputo: USTM-Moçambique.
- Batalha, Luis. 1998. “Emics/Etics Revisitado: ‘Nativo’ e Antropólogo Lutam Pela Última Palavra”, *Etnográfica*, Vol II (2), pp 319-343.
- Bénit, Claire e Morange Marianne. 2006. “Domestic workers, job access and work identities in Cape Town and Johannesburg”, in Bekker, Simon e Anne Leildé, Anne (edit). *Reflections on Identity in Four African Cities*. African Minds.
- Carmo, Renato. 2009. “A construção sociológica do espaço rural: Da oposição à apropriação”. *Sociologias*, (21): 252-280.
- Cardoso de Oliveira, Ricardo. 2006. “ O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”, in *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP. pp 17-35.
- Costa, Ana. 2006. “Urbanos e rurais: circulação e mobilidade nas famílias da periferia de Maputo”, in *Revue Lusotopie* 13 (1): 147-162.
- _____. 2011. *Famílias de Maputo: processos de mobilidade e transformações urbanas*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos/ ISCTE-IUL.

Conselho Municipal da cidade de Maputo. 2015. Plano Parcial de Urbanização para Baixa de Maputo (2015-2024).

De Oliveira, Deborah. 2022. *Entre a espada e a parede: Narrativas de mulheres acima do peso sobre a violência e trauma antes e durante os cuidados do corpo*. [Tese de mestrado]. Maputo: UEM.

Eckert, Cornélia e Rocha Ana. 2008. “Etnografia: saberes e práticas”. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, pp. 9-24. Série Graduação.

Fernandes, Mário e Mendes Rui. 2012. *“Dicotomias” urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

Frúgoli, Heitor. 2000. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

FRY, Peter. 2011. *Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual*. *Illuminuras, Porto Alegre*. 12, (27): 1-13.

Gluckman, Max. 1987. “Análise de Uma situação social na Zululândia Moderna”, in Feldeman-Bianco, Bela (org) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas-Métodos*. São Paulo: Global Universitária. pp. 227-262.

Loforte, Ana. 2000. “Mulher, Tradição e Modernidade”. *Carlos Serra Conflito e Misticagem*. Maputo: Imprensa Universitária, pp. 35-52.

Jorge, Sílvia e Melo Vanessa. 2014. “Processos e Dinâmicas de Interseção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 27: 56-77.

Magnani, José. 2002. “De perto e de dentro: Notas para uma etnografia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 49 (17): 11-29.

Marshall, Catherine. 1984. “Elites, Bureaucrats, Ostriches, and Pussycats: Managing Research in Policy Settings.” *Anthropology and Education Quarterly*. 15(3): 235-251.

Marconi, Maria e Lakato Eva. 2003. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ªed. São Paulo: Atlas.

Maloa, Joaquim. 2016. *A Urbanização Moçambicana: Uma Proposta de Interpretação*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia.

Micaelo, Ana. 2008. *Identidade, território e práticas familiares: a relação com a terra e a emigração em Sever do Vouç*. [Tese de Mestrado em Antropologia Social e Cultural Não Publicada]. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Meyers, Garth. 2011. "Introduction", in *African Cities: alternative visions of urban theory and practice*. London: Zed Books. pp. 1-25.

Moura, Cristina. 2013. *Apresentação: O urbano e suas múltiplas dimensões*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB): Anuário Antropológico, (2): 9-15.

Nagami, Isis. 2014. "Do trabalho do campo a escrita etnográfica: breves reminiscências sobre o fazer antropológico". In *Antropologia das sociedades contemporâneas*, org. XXV semana de ciências sociais, Londrina.

O País. 2020. Confrontos entre vendedores informais e polícia na Baixa de Maputo. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/?s=Baixa+de+Maput> (Consultado 18 de agosto de 2021).

Oliven, Ruben. 2010. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Parker, Robert. 1967. "A Cidade: Sugestões Para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano", in Velho, Otávio. *Fenómeno Urbano*. Rio de Janeiro. pp.25-56.

Paulo, Margarida. 2007. *O Sector Informal: contribuição das mulheres vendedoras de kapanka no bairro de Napipine, cidade de Nampula*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Pimentel, André. 2020. O "direito à cidade" enquanto categoria em disputa: uma análise dos conflitos políticos em torno dos usos cotidianos da Praça Roosevelt, em São Paulo. Rio de Janeiro. 22, (3): 438-462

Ribeiro, Nádia. 2013. "O novo olhar sobre a cidade: uma perspectiva histórica da antropologia urbana no Brasil". Monografia de Bacharel em Ciências Sociais. Brasil: Universidade Federal de Juiz de Fora, pp. 1-45.

- Ribeiro, Ester. 2019. “Processo de Urbanização em Moçambique- África”. *Anais XVIII ENANPUR*, 81 (2): 1-13.
- Salgueiro, Teresa. 1992. *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Milton. 1985. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.
- Shore, Cris and Wright Susan. 1997. “Policy: A New Field of Anthropology.” In *The Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power*. New York: Routledge (chapter 1): 3-39.
- Velho, Gilberto. 2011. “Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras de conhecimento”. *Mana*, 17 (1): 161-185.
- Velho, Otávio (org.). 1973. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Wirth, Louis. 1967. “Urbanismo como Modo de Vida”, in Velho, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro. pp. 89-112.
- Yanez-Casal, Adolfo. 1991. “Antropologia e Desenvolvimento”. *Ethnologia* (5): 19-37.
- Yin, Robert. 2001. *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Shore, Cris and Wright Susan. 2011 “Conceptualising Policy: Technologies of Governance and the Politics of Visibility” In Cris Shore, Susan Wright and Davide Però (eds) *Policy worlds: anthropology and the analysis of contemporary power*. New York, Oxford: Berghahn Books: 1-26.
- Sicola, Raul. 2014. “Ordenamento territorial e planificação estratégica no âmbito local: os sistemas de gestão do território”. *Revista científica Vozes dos Vales*. III, p.1- 20.
- Souza, Lima, António de Castro e João Paulo Macedo. 2015. “Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s)” *Antropológicas*, 26(2): 17-54.
- Wright, Susan and Reinhold Sue. 2011 “‘Studying Through’: A Strategy for Studying Political Transformation. Or Sex, Lies and British Politics” In Cris Shore, Susan Wright and Davide Però (eds) *Policy worlds: anthropology and the analysis of contemporary power*. New York, Oxford: Berghahn Books (chapter 5): 86-104.

West, Harry. 2009. *Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa.

Legislação

Assembleia da República. 1997. *lei de Bases das Autarquias, Lei n.º 2/97, de 28 de Maio*. Maputo: Imprensa Nacional.

Boletim da República de Moçambique. *Lei n.º 19/2007 de 18 de julho de 2007*. Iª Série, nº29. Maputo: imprensa Nacional.

Conselho de Ministros. 2006. *Quadro de transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias locais, Decreto n.º 33/06 de 30 de Agosto*. Maputo: Imprensa Nacional.

República de Moçambique. 2004. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.